



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

EMERSON ROGÉRIO SILVA LOPES

**QUINE SOBRE O SIGNIFICADO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
REIFICAÇÃO E A SINONÍMIA**

Monografia apresentada à Banca
Examinadora como exigência final para a
obtenção do título de Bacharel em
Filosofia.

Orientador: Dr. Felipe Santiago Amaral

Brasília/DF

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

EMERSON ROGÉRIO SILVA LOPES

**QUINE SOBRE O SIGNIFICADO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
REIFICAÇÃO E A SINONÍMIA**

Monografia apresentada à Banca
Examinadora como exigência final para a
obtenção do título de Bacharel em
Filosofia.

Orientador: Dr. Felipe Santiago Amaral

Brasília/DF

2014

Resumo

A presente monografia filosófica é transpassada por dois temas da obra de W. V. O. Quine, a reificação de significados e a sinonímia. O trabalho se inicia com a exposição de objeções a significados reificados, mostrando, em seguida, como este tema esbarra no tema da sinonímia. A partir da discussão sobre sinonímia apresento a tese da indeterminação da tradução e em seguida o holismo semântico. Na conclusão procuro explorar brevemente o estatuto do que é anteriormente apresentado.

Palavras-chave: Reificação, Sinonímia, Indeterminação, Tradução, Holismo.

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais, pela paciência, pela compreensão e pela fé que depositam em mim, e também por serem pessoas extremamente boas.

A Ana Larissa, que sabe quase todos os meus segredos.

Aos meus amigos todos, que são poucos, mas formidáveis (Espero que me perdoem a referência apenas indireta).

Ao meu orientador, Dr. Felipe Amaral, pela inteligência com que orientou as várias e várias revisões pelas quais passou este trabalho e pela contribuição significativa em minha formação.

Finalmente aos meus professores que contribuíram também. Em especial à professora Priscila Rufinoni, que com boa disposição orientou o projeto de bolsa permanência do qual participei.

Sumário

0. INTRODUÇÃO.....	6
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE TEORIAS DO SIGNIFICADO.....	8
2. QUINE SOBRE O SIGNIFICADO.....	17
2.1. REIFICAÇÃO.....	17
2.2. SINONÍMIA EM DOIS DOGMAS DO EMPIRISMO.....	25
2.3. SINONÍMIA E HOLISMO CONFIRMACIONAL.....	29
3. A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO POR DADOS.....	32
3.1. ESTIMULAÇÕES, DISPOSIÇÕES E SIGNIFICADO POR ESTÍMULO.....	35
3.2. FRASES DE OCASIÃO E FRASES PERMANENTES.....	38
3.3. INFORMAÇÕES COLATERAIS.....	39
3.4. TRADUÇÃO RADICAL.....	42
3.5. SUBDETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO.....	48
3.6. INDETERMINAÇÃO E SINONÍMIA.....	49
4. HOLISMO SEMÂNTICO.....	52
4.1. QUÃO FORTE É O HOLISMO SEMÂNTICO DE QUINE?.....	54
5. CONCLUSÃO.....	58

0. Introdução

A presente monografia filosófica tem por finalidade o exame de um desdobramento particular da grande questão “O que é o significado?”, que entendida assim, de maneira ampla, relaciona-se com uma grande parcela do que chamamos conhecimento humano.

Não só a fala e a escrita produzem significados, mas também a arte e qualquer outra forma de representação, além de manifestações naturais. Podemos nos perguntar pelo significado das formas distorcidas das figuras em *Guernica*, de Picasso, ou qual o significado da vida e também o significado de uma determinada ação de uma pessoa.

Pela diversidade dos fenômenos compreendidos pela significação, entender de que forma um item – de qualquer natureza – vem a ter um significado, e qual a natureza disto – o significado – é uma importante tarefa que se divide dentre algumas áreas do conhecimento.

Em filosofia, a reflexão sobre a linguagem esteve presente na obra dos principais pensadores de diferentes correntes e a questão da natureza do significado linguístico ocupou e ainda ocupa um lugar central no projeto geral da filosofia, sobretudo no universo filosófico anglo-saxão.

Antes de prosseguirmos a uma tentativa de caracterização geral deste tipo de empreendimento filosófico, uma consideração preliminar se faz necessária: a especificação de que tipo de significado será aqui tratado.

O tipo de significado que me interessa no presente trabalho é o significado linguístico (daqui em diante referido apenas como “significado”). De forma a apresentar uma ilustração didática, tomemos os seguintes conjuntos de letras e espaços:¹

(I) Chico é músico.

(II) Hicoc é úosmic

(I) e (II) são conjuntos compostos de partes iguais, arrançadas de formas diferentes. Contudo só (I) tem significado no português, e é por possuir tal atributo que (I) difere de (II). É principalmente o significado linguístico que está em jogo na comunicação humana, na

¹ Cf. CAMPBELL, Joseph K.; O'ROURKE, Michael; SHIER, David (Org.). **Meaning and Truth**. Nova York: Seven Bridge Press. 2002.

descrição de aspectos do mundo, na realização de atividades por meio das palavras e na determinação de um objeto no mundo, dentre outras coisas.

Com isto quero dizer que a propriedade de palavras e frases de terem um significado implica, de alguma forma, seu potencial descritivo, comunicativo, denotativo e acional, entre outros, com o que se verifica que a tentativa de compreensão da natureza do significado linguístico é o ponto focal de compreensão da estrutura complexa da linguagem com tudo mais que isso implica.

A escolha do tema se fundamenta nisso – a centralidade da investigação do significado para a compreensão da linguagem e suas relações – e também na crença de que problemas filosóficos podem ser mais bem colocados, compreendidos e resolvidos por meio da investigação da semântica da linguagem.

O conceito “significado linguístico” e seus conceitos afins carecem de explicação sistemática no interior de uma teoria do significado que acomode os fatos pertinentes com respeito ao uso da linguagem. Mas o que será, afinal, uma *teoria* do significado?

1. Considerações gerais sobre teorias do significado

Significados estão presentes na grande maioria de nossas atividades sociais e mesmo em nossos pensamentos, muito embora sejam compreendidos e produzidos de um só golpe e talvez por isso mesmo passem por nós despercebidos. Entender de que forma sons e marcas podem vir a possuir significados e por que uma dada frase tem um determinado significado é uma tarefa não-trivial do filósofo da linguagem.

Sabemos certos fatos gerais sobre os significados, que precisam ser acomodados no interior de uma teoria do significado assim como generalizações atinentes a uma determinada ciência devem ser acomodadas por uma teoria naquela área.

Podemos citar como exemplo os indexicais, que abrangem pronomes pessoais e demonstrativos como “aquele”, “este”, “eu”, “você” e o advérbio “aqui” (em uso demonstrativo) entre outros. Segundo David Kaplan (1977, p. 490), indexicais são tais que “o referente é dependente do contexto de uso e o significado da palavra oferece uma regra que determina o referente em termos de certos aspectos do contexto”. Quando profiro a frase “Eu prefiro andar sozinho”, por exemplo, a referência do pronome é distinta da de quando outra pessoa a profere. Não devemos supor, no entanto, que os termos indexicais possuam significados diferentes relativos aos diferentes contextos de proferimento. Se assim fosse, indexicais seriam multiplamente ambíguos e sua maestria semântica dependeria de uma completa familiaridade com cada um de seus significados. A explicação de termos indexicais deve acomodar estes aspectos sem considerá-los termos multiplamente ambíguos.

Também a sinonímia parece ser um fato a ser acomodado por uma teoria do significado. Duas frases são sinônimas se, e somente se, possuem o mesmo significado. A sinonímia ocupa um lugar central na concepção de W. V. O. Quine com respeito ao significado na medida em que estabelecer critérios de identidade para significados é dizer em que ocasiões duas frases são sinônimas. Ou, em suas próprias palavras, “o que é chamado de dar o significado de uma enunciação não é mais do que enunciar um sinônimo, comumente formulado em linguagem mais clara que a original” (QUINE, 2010a, p. 25). Uma teoria do significado satisfatória deveria, portanto, explicar em que sentido um item linguístico, seja ele complexo ou não, é sinônimo de outro – e caso a explicação para isto não esteja disponível, a teoria deveria explicar o porquê. Adiante, veremos como Quine lida com esta questão.

São esses fatos ou aparentes fatos, entre outros, que inspiram a produção de uma

teoria do significado, que, assim compreendida, é a tentativa sistemática de desenvolver um aparato teórico que dê conta dos fatos relevantes explicando de que forma significados são constituídos e qual a sua natureza.

Podemos notar, então, que o projeto de uma teoria do significado não difere muito da teorização em outras áreas do conhecimento que têm por objeto uma parcela do mundo: certos fatos inspiram a proposta de uma teoria, que deve acomodá-los, ao mesmo tempo em que a teoria determina o que conta como fato e o que não; fatos recalcitrantes ao que prescreve a teoria podem forçar sua revisão (CAMPBELL; O'ROURKE; SHIER, 2002, p. 2-3).

Além da relação entre o aparato teórico e os fatos, uma teoria tem que lidar com as relações entre seus conceitos. Assim, uma teoria do significado é aqui considerada como um projeto de duplo aspecto: há o lado fatural, responsável pela acomodação dos fatos e a prescrição de um critério de pertinência, e há o aspecto conceitual que explica qual a relação dos conceitos usados entre si.²

As implicações de uma teoria do significado se estendem para outras áreas da filosofia, nomeadamente metafísica e epistemologia, de forma que a resposta a algumas perguntas destas áreas depende da concepção previamente adotada quanto a natureza do significado. Para ilustrar este ponto, basta considerar a questão de se há ou não conhecimento a priori, que seria exibido pelo entendimento de frases analíticas. Cabe ao teórico do significado determinar o estatuto de frases analíticas, caso existam, e se elas podem figurar como exemplo do a priori.

Quanto a esse problema existem algumas formas conhecidas de tratá-lo. Pode-se negar que haja conteúdo fatural em frases analíticas e que sua analiticidade seja fundada apenas nos significados de suas partes constituintes. A. J. Ayer (1936/1946) faz uma caracterização do tipo com o intuito de conciliar uma epistemologia empirista com o suposto caráter a priori de frases analíticas; fala-se em verdade em virtude do significado no caso das verdades da lógica e da matemática. Com respeito à metafísica, podemos pensar nas implicações ontológicas que podem ter uma explicação do significado. Por exemplo, certo filósofo pode ser um teórico do significado como referência e, sendo assim, ser levado a

2 Cf. CAMPBELL, Joseph K.; O'ROURKE, Michael; SHIER, David (Org.). **Meaning and Truth**. Nova York: Seven Bridge Press. 2002.

defender uma ontologia que postule classes, que seriam os referentes de substantivos como “mesa”, “livro”, “árvore”, entre outros. Esse mesmo filósofo, em seus momentos mais radicais, pode supor que para cada expressão significativa de uma linguagem deve haver algo no mundo que seja sua referência, sendo assim levado a atribuir ser a qualquer que seja a referência do sujeito de uma frase significativa (ALSTON, 1973, p. 14-15).

Considerando a centralidade e as implicações da questão do significado, não é motivo de surpresa que ela tenha sido amplamente explorada no século XX. A questão teve lugar na obra dos mais eminentes filósofos. A despeito disso, os filósofos jamais chegaram a um consenso com respeito a uma teoria particular. Paul Horwich, um filósofo da linguagem contemporâneo, chega a afirmar que:

Infelizmente a discussão extensiva que essa questão fundamental tem justificadamente recebido nos últimos cem anos ou mais tem feito mais para complicar a questão que para resolvê-la. Os principais filósofos do século XX devotaram grande parte de seus esforços para o estudo do significado. No entanto, seu legado não foi uma teoria definitiva – longe disso – foi antes uma série de observações sobre o significado, proporcionando uma acumulação cada vez mais severa de restrições em uma adequada explicação do mesmo (HORWICH, 1998, p. 1-2, tradução minha).³

Herdamos das investigações levadas a efeito no século passado uma série de condições de adequação, que são condições a serem satisfeitas por uma convincente teoria do significado (HORWICH, 1992, p. 2).

O teórico, entretanto, não precisa aceitar *todas* as condições elaboradas pela tradição. É possível adotar uma postura deflacionária frente a algumas, que consistiria em negá-las, tratando-as como pseudoproblemas que precisam ser dissolvidos através de uma análise elucidativa antes que resolvidos no interior de uma teoria.

É possível também partir da concepção de senso comum do significado, posição a que chamamos não-revisionista, que consiste em assumir que uma teoria do significado deve estar

³ “Unfortunately the extensive discussion which this fundamental question has justifiably received in the last hundred years or so has done more to complicate the issue than to resolve it. The leading philosophers of the twentieth century have devoted much of their efforts to the study of meaning. However, their legacy has not been a definitive theory—far from it—but rather a series of observations about meaning, providing an accumulation of increasingly severe constraints on an adequate account of it.” (HORWICH, 1998, p. 1-2).

em conformidade com as intuições de senso comum sobre seu objeto, ao contrário da posição revisionista, que recusa o conhecimento popular como fonte de conhecimento segura quanto à natureza do significado.

A fim de evitar confusões, é preciso ter em mente que o termo “significado” designa uma ampla classe de fatos em alguns aspectos distintos. Em seu artigo *Meaning* (1957), Paul Grice se esforça no sentido de caracterizar a ambiguidade do termo em questão. Segundo ele, “significado” abrange os fenômenos de *significado natural* e *significado não-natural*.

O significado natural seria exemplificado na frase “Estas manchas significam sarampo” e, de forma universal, tem a característica de que uma vez que X signifique naturalmente Y, logo a presença de X implica Y. Em outras palavras, se manchas de tais e tais cores e tais e tais dimensões e aspecto significam sarampo, não se poderia dizer que estou na presença de tais manchas e na ausência do sarampo, porque a presença das manchas implica que haja sarampo (GRICE, 1991, p. 213).

Por outro lado, o significado não-natural pode ser caracterizado de forma geral como aquele em que há (ou houve) intenção envolvida.

Pode-se discernir – ainda de acordo com o projeto griceano – *o significado do falante do significado da expressão*, o primeiro sendo a intenção que o falante tem de causar um efeito em sua plateia por meio do reconhecimento desta intenção. Considere como exemplo um caso de ironia. Em tais casos, o significado do falante é radicalmente diferente do significado da expressão.

O projeto de abarcar e explicar estes diferentes fenômenos sob certo aparato conceitual não se resolve apenas por meio de uma catalogação das palavras e frases e de suas significações. Seu empreendimento está diretamente relacionado com duas perguntas fundamentais: (I) “Qual é a natureza do significado?” e (II) “Em virtude de que as expressões vêm a ter o significado que têm?”.⁴

(II) relaciona-se com a *origem* dos significados e com os fatos atinentes aos falantes responsáveis pela produção dos significados. Uma teoria do significado que procura

4 Cf. SPEAKS, Jeff. **Theories of meaning**, de 2011. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/meaning/>> Acesso em 24 de junho de 2014.

responder a essa pergunta é geralmente chamada “teoria fundacional do significado”.⁵ (I) questiona pura e simplesmente a *natureza* do significado linguístico e procura identificar quais são as propriedades semânticas de palavras e frases de uma linguagem.

Com respeito à (I) existem pelo menos duas maneiras gerais de responder. Pode-se atribuir conteúdos semânticos a diferentes tipos de expressões da linguagem, explicando quais as relações eles estabelecem entre si. Teorias deste tipo diferem no sentido de que podem ou não atribuir proposições como o conteúdo semântico de frases, e caso atribuam devem especificar a natureza das proposições.

Quanto à (II), pode-se explicar os significados como fundados no uso ou em intenções comunicativas ou em algum outro fenômeno envolvendo seres humanos.

Teorias do primeiro tipo que tomam a forma de *teorias proposicionais do significado* têm a característica compartilhada de atribuir peso explicativo à noção de proposição, que abrange tudo aquilo que é objeto de crença (aquilo em que se crê, de que se duvida, o que se espera, etc.), o que é asserido e aquilo que é portador primário de verdade ou falsidade. Assim como proposições são também o conteúdo semântico que diferentes frases podem expressar relativo a um contexto. Como exemplo de diferentes frases com o mesmo significado pode-se pensar em frases de duas línguas diferentes e que sejam uma a tradução da outra, como “snow is white” e “a neve é branca”.

Os entes chamados “proposições” seriam a chave de compreensão do que é entendido quando se entendem as frases de uma língua. Não obstante, as explicações não param por aí.

Além de postular entes como significados é preciso especificar sua natureza. Em se tratando de proposições, as explicações são divergentes e não vêm ao caso considerá-las individualmente, o que nos desviaria do propósito deste trabalho. Exemplos de teorias proposicionais são as de Gottlob Frege e Scott Soames. Assumir o pressuposto metafísico de que o significado de frases é um tipo de ente genericamente chamado “proposição” implica que compreender um significado é estar em relação cognitiva com a proposição associada. O pressuposto supramencionado pode por si só ser fruto de grande controvérsia.

O que importa principalmente considerar aqui é o ponto compartilhado por teorias proposicionais do significado, a saber, a consideração dos significados como entes diferentes

⁵ *Ibid.*

das palavras e frases e que são portadores de verdade e falsidade.

Tal pressuposto é chamado de “reificação dos significados”. Segundo William Alston, muitas vezes o problema do significado é encarado como sendo o problema dos entes, das coisas que se relacionam a itens linguísticos lhes conferindo conteúdo semântico. É dado como certo serem os significados algum tipo de ente:

“Comumente, quando as pessoas se propõem a clarificar o conceito de significado elas fazem isso perguntando, “Que tipo de ente é um significado e como um ente deste tipo tem que estar relacionado com uma expressão linguística para que seja o significado desta expressão? Teorias do significado são frequentemente expressas como respostas a esse tipo de questão” (ALSTON, 1964, p. 20, tradução minha).⁶

Em seu artigo, *The quest for meanings* (1963) e no capítulo introdutório de *Philosophy of Language* (1964), Alston elenca três maneiras tradicionais de se responder à questão do significado por meio da identificação de que tipo de ente é um significado. São elas a teoria *referencial* do significado, que pode assumir duas formas, ou o significado é identificado com a referência das expressões significativas ou com a relação com aquilo que é referido; a teoria *ideacionista* segundo a qual para cada expressão significativa da linguagem há uma ou mais ideias correspondentes na mente do falante e a teoria *comportamental* do significado, em que o significado de certa expressão é a resposta que ela evoca.

Segundo Alston, essas três formas padecem de vícios pela sua própria forma “entitativa” ou reificadora. Segundo ele, parece artificial admitir que todos os termos da linguagem são referenciais:

“Se, sob a pressão de uma teoria referencial, nós encontramos alguma coisa a que estamos dispostos a chamar de o referente de “de” – e.g. a relação de posse – revelar-se-á que estamos usando “referente” em um sentido completamente diferente daquele em que Dwight Eisenhower é o referente de “o presidente dos EUA em 1956” (ALSTON, 1963, p. 79, tradução

⁶ “More often than not, when people set out to clarify the concept of meaning they do so by asking, ‘What sort of entity is a meaning and how does an entity of this sort have to be related to a linguistic expression in order to be the meaning of that expression?’ Theories of meaning are often expressed as answers to this kind of question.” (ALSTON, 1964, p. 20).

minha).⁷

Igualmente com a teoria comportamental: admitamos que o significado de “Fogo!” seja correr, rolar no chão, jogar água, etc. Posso dizer que esqueci o significado de “Fogo!” sem que eu não tenha esquecido nenhuma destas atividades (ALSTON, 1964, p. 20).

Existe também um subconjunto de teorias proposicionais do significado chamadas de “teorias mentalistas ou ideacionistas do significado”, que são caracterizadas por elencarem um ente mental como significado ou conteúdo semântico de palavras e frases.

O desenvolvimento clássico de uma teoria do tipo foi realizado por John Locke em sua obra *Ensaio acerca do Entendimento Humano*. Segundo ele, os significados seriam ideias na mente dos falantes (Cf. Kretzmann, 1968).

No capítulo 2 do livro III está escrito: “assim, a função das palavras é serem marcas sensíveis das ideias, e as ideias que elas representam constituem sua significação própria e imediata” (LOCKE, 2010, p. 545); “as palavras não significam, pois, na sua primeira e imediata significação, senão as ideias que estão no espírito de quem delas se serve” (LOCKE, 2010, p. 546).

A teoria de Locke é focada no aspecto comunicativo da linguagem e prescreve que para cada item linguístico significativo haja ao menos uma ideia da qual o item é uma marca pública, com exceção de expressões como preposições e conectivos lógicos, que Locke denomina “partículas”.

A teoria enfrenta alguns problemas iniciais, como o de explicar de forma satisfatória a natureza pública e objetivamente acessível dos significados eles mesmos. Em última análise, a teoria se depara com o problema da sinonímia, o problema de como duas formas linguísticas em geral têm, ou podem ter, o mesmo significado.

Alternativamente a teorias proposicionais de forma geral, e também a teorias mentalistas em particular, podemos considerar as teorias do significado *como uso*, cujo desenvolvimento é inspirado nos insights de Ludwig Wittgenstein apresentados nas

⁷ “If, under the pressure of a referential theory, we do find something which we are willing to call the referent of “of”-- e.g. the relation of possession – it will turn out that we are using “referent” in a sense quite different from that in which Dwight Eisenhower is the referent of “the president of U.S. in 1956” (ALSTON, 1963, p. 79).

Investigações Filosóficas (1953).

Na obra de Quine, conceitos semânticos são desenvolvidos com base em comportamentos publicamente observáveis como uma forma de garantir objetividade e cientificidade à elaboração semântica.

A fim de desenvolver uma semântica inteiramente empirista, Quine elabora conceitos semânticos em termos completamente despojados de elementos mentalistas e referenciais, em uma semântica reformada onde os termos são definidos com respaldo empírico. O empirismo quineano em semântica contrasta, de forma geral, com teorias reificadoras do significado (embora em um sentido qualificado mesmo a Quine possa se atribuir uma forma atenuada de reificação, como veremos).

Além de procurar, por uma via empirista, garantir objetividade e cientificidade à investigação do significado linguístico, e por isso se recusar a adotar uma semântica mentalista, Quine faz objeções à introdução do vocabulário reificador em semântica. Veremos de que forma adiante.

As duas questões que perpassam o presente trabalho são a da *reificação* e a da *sinonímia*. Ambas são exploradas em conjunto dada a conexão que Quine estabelece entre elas. Veremos de que forma a questão da admissão de proposições depende de uma definição prévia de sinonímia para Quine.

No terceiro capítulo, apresento a tese da indeterminação e, no quarto capítulo, a tese do holismo semântico, procurando explorar qual relação pode ser marcada entre elas.

Este trabalho não consiste em uma tentativa exegética de elucidar os temas da reificação e da sinonímia em Quine *simpliciter*, motivo pelo qual me atenho a algumas obras e, por motivos de exequibilidade, não trato de todas aquelas em que os temas são explorados por Quine.

A questão da reificação tem como base o texto de Alston, *Quine on meaning* (1986), a réplica de Quine, *Reply to William P. Alston* (1986) e um texto de Peter Hylton, *Quine* (2007). Complementarmente, seleciono algumas passagens de outras obras, *Relatividade Ontológica* (1989) e alguns artigos presentes em *De um Ponto de Vista Lógico* (2010). No capítulo sobre a indeterminação da tradução, tenho por base o segundo capítulo de *Palavra e*

Objeto. No capítulo sobre o holismo semântico considero principalmente *Palavra e Objeto*, *Dois Dogmas do Empirismo* (1951/3) e *Quine's Meaning Holisms* (2004) de Raffaella De Rosa e Ernest Lepore.

O capítulo final é uma conclusão crítica em que procuro avaliar em conjunto as teses expostas no decorrer da monografia, explorando brevemente seu estatuto.

2. Quine sobre o significado

No que toca aos pensamentos de Quine quanto ao significado linguístico e à natureza da própria linguagem, é relevante considerar alguns aspectos estruturantes e certos compromissos admitidos que possam contribuir de maneira direta em nossa discussão do significado. É difícil abordar pontos de sua obra isoladamente, mas um tratamento extensivo de seu pensamento nos levaria muito além do que é aqui pretendido. A exposição se inicia com o tratamento das primeiras objeções de Quine contra a reificação dos significados, em seguida é analisado o problema da sinonímia e da indeterminação da tradução e, por fim, o holismo semântico.

No capítulo introdutório, foram delineadas as linhas gerais do empreendimento de uma teoria do significado. Várias destas tomaram a forma de teorias *proposicionais* do significado. Contra todas estas Quine erigiu seu edifício.

Suas supostas objeções quanto à reificação dos significados são dispersas, portanto, para avaliar seu estatuto não examinarei uma só ou duas obras. Farei um trabalho de garimpagem a fim de avaliar algumas de suas objeções. Apesar disso, valer-me-ei em grande medida do texto de Alston, *Quine on Meaning* (1986), e da réplica de Quine, *Reply to William P. Alston* (1986), que talvez sejam os textos mais objetivos no trato da reificação.

Pretendo abordar também alguns pontos de *Palavra e Objeto* e também de *Relatividade Ontológica*, por ser sobretudo nestas obras que Quine desenvolve uma semântica inteiramente empirista, orientada por verdades observáveis que, segundo ele, resultam em uma indeterminação da tradução por dados empíricos. Veremos de que forma a indeterminação da tradução pode ameaçar uma teoria reificadora do significado em geral.

2.1. Reificação

Em um texto publicado em 1996, Peter Hacker escreve que, para Quine, “os significados de palavras não são ideias na mente nem objetos (platônicos ou de outro tipo) na realidade” (HACKER, 1996, p. 2).⁸ O propósito desta primeira parte é elucidar de que forma esta frase deve ser entendida. Pretendo mostrar que as objeções de Quine não devem ser

⁸ O texto está publicado em GLOCK, Hans-Johan; ARRINGTON, Robert. (Org.). **Wittgenstein and Quine**. Nova York: Routledge, 1996. p. 1-38.

entendidas como uma recusa universal, de princípio, sobre qualquer forma de reificação, baseando-me sobretudo em sua réplica a Alston.

Em primeiro lugar, é preciso ter claro quais casos se qualificam como casos de reificação. Em termos gerais, reificar um significado é tratar o fato de que uma palavra X possui um significado Y como um fato relacional, em que é possível distinguir o item linguístico, nesse caso X, de seu significado, Y. Desta forma, significado e item linguístico seriam os dois *relata* da relação de significação. Se o *relatum* linguístico é uma frase assertiva completa, o significado é uma proposição.⁹

Proposições, por sua vez, podem ser entendidas de modos diferentes, como se procurou caracterizar anteriormente (p. 12). Em geral, o termo pode indicar aquilo que é expresso por uma frase assertiva completa e que possui essencialmente a propriedade de ser verdadeiro ou falso e, além disso, como aquilo que é objeto de crença e de outras atitudes, isto é, aquilo de que se duvida, que é asserido, etc. Considerando proposições desta maneira, é natural supor seu amplo emprego e papel fundamental em semântica filosófica.

Importa considerar aqui as teorias do significado ideacionistas e referenciais, caracterizadas anteriormente de maneira breve, às quais Quine se opôs. Quanto às do primeiro tipo em particular, Quine afirmou serem problemáticas as atribuições de papel explicativos a termos como “ideia” e noções afins. Em aspectos gerais, ambos os tipos de teorizar (teorias ideacionistas e referenciais) são instâncias do que Quine chamou de “semântica acríica” ou “mito do museu”.

Segundo essas maneiras tradicionais de teorizar, para possuir um significado, uma palavra deve estar em algum tipo de relação com o ente significado. O significado reificado pode ser tomado como uma coisa que jaz em algum lugar da realidade, sem o qual nossas palavras e frases supostamente seriam assignificativas.

Vejamos, primeiramente, por que, segundo Quine, seria um mau negócio postular entidades intermediárias a fim de desenvolver uma teoria semântica e explicar os conceitos atinentes ao de significado.

⁹ Note que na citação de Hacker fala-se apenas no significado de palavras. O significado de qualquer item linguístico pode ser reificado. Mesmo operadores lógicos verofuncionais podem ser entendidos como significando algum tipo de função. Podemos dizer que as proposições são um caso particular de reificação dos significados e é nesse sentido que elas são aqui consideradas. Enfatizamos que proposição, nesta discussão, equivale a “conteúdo semântico”.

Quine alega que “o valor explicativo de entidades intermediárias específicas e irreduzíveis, chamadas de significados, é certamente ilusório.” (QUINE, 2010, p. 25).

Essa objeção contra a reificação (ou hipóstase) de significados não é devida meramente a um apreço por uma ontologia enxuta, que se recusa a multiplicar seres indefinidamente e inutilmente, como sugere a navalha de Occam. Quine está preocupado principalmente com a *ilusão explicativa* que é produzida quando se parte de uma pressuposição inicial de que o significado pode ser uma ideia ou, de maneira mais geral, um ente intermediário:

“O mal da ideia de ideia é que seu uso, assim como o recurso a uma *vistùs dormitiva* em Molière, cria uma ilusão de ter explicado algo. E a ilusão aumenta porque se chega a um estado bastante vago para assegurar alguma estabilidade ou liberdade para não ir além” (QUINE, 2010a, p. 74).

Reificar significados seria como pôr um fim – ilusório – ao empreendimento explicativo. De certa forma, os conceitos de “ideia” ou de “significado” (este entendido como uma entidade intermediária) carecem de tratamento tanto quanto a ideia inicial que se queria explicar – a significatividade linguística. Assim, “a ideia”, “o significado” ou “a proposição” tomam o lugar de explicar certos problemas e conceitos com que tem que lidar o filósofo da linguagem, como por exemplo, a explicação da analiticidade. No entanto, a própria noção de significado, ou a explicação do que é um significado, não são suficientemente desenvolvidas a ponto de desempenharem o papel que lhes é conferido. Pode-se perceber o baixo (ou até mesmo o nulo) valor explicativo da noção de significado na medida em que ao postulá-la ficamos com mais perguntas que respostas.

Assim, dizer que o significado é um ente intermediário cuja natureza nos é desconhecida em nada faz progredir nosso empreendimento semântico. Peter Hylton, ao comentar essa questão, escreve:

“A questão aqui é que o termo não merece um lugar em uma ciência séria: ele é insuficientemente claro, e explicações presumidas que o empregam são, de fato, inexplicativas. (Ao gerar a ilusão de explicação elas tendem a impedir o desenvolvimento de explicações genuínas; isto pode muito bem explicar o *animus* de Quine contra o termo). Segue-se, na visão de Quine, que filósofos não deveriam confiar ao termo qualquer peso explicativo”

(HYLTON, 2014, tradução minha).¹⁰

Quine, ao mencionar algumas passagens de sua obra citadas por Alston trata explicitamente disso, isto é, da incapacidade de o conceito pouco claro de “significado” figurar de início e sem uma explicação prévia em uma teoria filosófica, recaindo sobre ele peso explicativo: “O objetivo de cada uma daquelas passagens é que a assunção prévia de um domínio inexplicado de objetos chamados “significados” de forma alguma pode explicar a sinonímia ou qualquer outra coisa” (QUINE, 1986, p. 73, tradução minha).¹¹

Segundo Quine, não necessitamos de noções que remetam ao reino independente dos significados para explicar o papel desempenhado por frases ou enunciados com significado na vida humana, assim como não necessitamos elaborar teorias em que ter significado seja entendido em termos de ideias nas mentes dos falantes. Mas de que forma então – poder-se-ia perguntar a Quine – podemos levar a cabo o empreendimento semântico sem o apelo à noção de significado reificado?

É importante frisar que a recusa de Quine do estilo reificador (ao menos como tradicionalmente desenvolvido em semântica) não pode implicar um completo abandono de questões semânticas ou do tratamento da significatividade de palavras e frases. De certa forma, somos tentados a isso ao afirmarmos que para uma palavra ou frase possuir um significado, elas devem estar em uma relação com uma entidade X, ao mesmo tempo em que negamos existir X. É como se a inexistência do reino de significados tivesse a amarga consequência da privação da significatividade da linguagem como um todo.¹²

Para Quine, a questão da existência de significados reificados e a da significatividade de palavras e frases são questões que podem ser tomadas independentemente, ou seja, é possível partir de uma recusa da existência de tais entes e não ser levado à consequência

10 “The point here is that the term does not merit a place in serious science: it is insufficiently clear, and putative explanations which employ it are in fact unexplanatory. (By engendering the illusion of explanation they tend to impede the development of genuine explanations; this may well account for Quine's animus against the term.) It follows, in Quine's view, that philosophers should not rely on the term to bear any explanatory burden.” (HYLTON, 2014).

11 “The point of each of those passages is that the prior assumption of an unexplained domain of objects called meanings is no way to explain synonymy or anything else.” (QUINE, 1986, 73).

12 Cf. HYLTON, Peter. **Quine**. New York: Routledge. 2007, p. 54-55.

desastrosa de não poder explicar a significatividade da linguagem.¹³

Em *Sobre o que há*, encontramos a seguinte frase: “(...) não sinto nenhuma relutância em me recusar a aceitar significados, pois, com isso, não nego que as palavras e enunciados sejam significativos” (QUINE, 2010a, p. 24). Ainda no mesmo artigo, Quine escreve: “Continuo livre para sustentar que o fato de uma dada enunciação linguística ser significativa (ou significante, como prefiro dizer, de modo a não possibilitar a hipóstase de significados como entidades) é um fato fundamental e irreduzível” (*Ibid.*).

Hylton procura também caracterizar esse ponto a fim de esclarecer que, segundo Quine, a associação da significatividade em virtude da relação com uma entidade significanda é equivocada. “O ceticismo de Quine sobre significados não leva a qualquer tipo de ceticismo sobre a significatividade”. (HYLTON, 2014, tradução minha).¹⁴

Entretanto, ao adotar tal ceticismo, caminhamos a uma “desessencialização” do trabalho com significados, isto é, não podemos (aparentemente) mais falar literalmente sobre o significado ou sobre a natureza do significado de uma expressão senão apresentando um termo sinônimo, ou sinônimo em alguns contextos com o acréscimo das necessárias indicações de uso.

Assim, a estratégia de Quine parece ser fazer um inventário dos usos possíveis de expressões que transmitem a ideia de significatividade de palavras ou frases e perguntar: “o proferimento de qual ou quais destes contextos não implica ou sugere a reificação de significados?” (ALSTON, 1986, p. 52). Os dois contextos principais restantes seriam aqueles relevantes para a semântica e constituem uma manobra para evitar postular significados como entes.

“O que acontece com essa manobra é que nos fixamos em um contexto importante da desconcertante palavra “significado”, isto é, o contexto “semelhante em significado”, e decidimos tratar esse contexto inteiro como

13 No artigo intitulado “Carnap and Logical Truth”, Quine escreve: “Any acceptable evidence of usage or meaning of words must reside surely in the observable circumstances under which the words are uttered...or in the affirmation and denial of sentences in which the words occur” (QUINE, 1976, p. 113-14). Como veremos na seção sobre indeterminação da tradução abaixo, em *Palavra e Objeto* Quine procura uma construção de noções como sinonímia e significado à luz de evidências públicas de uso da linguagem. Veremos quais são os resultados da tentativa de construir conceitos semânticos com o respaldo empírico dos fatos relevantes, e se essa forma de teorizar evita postular significados reificados.

14 “Quine's scepticism about meanings does not lead to any scepticism about meaningfulness.” (HYLTON, 2014).

se fosse uma só palavra, “sinônimo”, não nos sentimos tentados a buscar significados como entidades intermediárias. Mas, mesmo supondo que se possa eventualmente dar um critério satisfatório à noção de sinonímia, ainda assim essa manobra apenas trata de um contexto da palavra “significado”: o contexto “semelhante em significado”. Tem essa palavra outros contextos de que os linguistas poderiam se ocupar? Sim, há certamente mais um, o contexto “ter um significado”. Aqui se coloca uma manobra paralela: tratar o contexto “ter significado” como se fosse uma só palavra e continuar a virar nossas costas às supostas entidades chamadas significados” (QUINE, 2010a, p. 75).

Ao seguir a manobra de Quine, evitamos falar sobre a natureza de um dado significado ou, como coloca Alston,

É como se, tendo abandonado um reino ontológico separado de usos, alguém supôs que tudo que se pode dizer sobre o uso de uma ferramenta é que (1) ela é útil, (2) tem o mesmo uso ou um uso diferente de outra, (3) certa pessoa sabe ou não sabe seu uso. Não há espaço para dizer o que seu uso é (ALSTON, 1986, p. 52, tradução minha).¹⁵

Um contexto fundamental em semântica a ser desenvolvido por Quine seria o da sinonímia.¹⁶ Além disso, Alston elenca também esse terceiro contexto semanticamente legítimo, a saber, o contexto de dizer se uma pessoa sabe ou não *usar* itens linguísticos.¹⁷ Mas haveria outra motivação em fixar o problema do significado no contexto de sinonímia?¹⁸

15 “It is as if, having forsaken a separate ontological realm of uses, one supposed that all one can say about the use of a tool is that (1) it is useful, (2) it has the same use as, or a different use from, another tool, and (3) a certain person does or doesn't know its use. There is no room left for saying what its use is” (ALSTON, 1986, p. 52). Posteriormente Quine desenvolve a noção de “significado por estímulo” que é, de certa forma, uma maneira de falar sobre a natureza do significado.

16 Posteriormente, como veremos, Quine fala em significado por estímulo, que é uma maneira de determinar a natureza de significados em um pano de fundo empirista.

17 Para Quine, saber usar itens linguísticos relaciona-se com possuir certas disposições de uso destes itens em convergência com os demais membros da comunidade linguística. A este ponto retornarei depois pelo bem da fluência.

18 A seguir, o problema da sinonímia é associado ao problema ontológico da existência de critérios de identidade de entes. No entanto, Quine tem ainda outras intenções ao tratar da sinonímia. Um lugar onde ela desempenha papel fundamental é em *Dois Dogmas do Empirismo* relativo ao esclarecimento da noção de analiticidade. Uma maneira de fazê-lo é partir de verdades lógicas e definir uma frase analítica como uma frase resultante da substituição de termos sinônimos em verdades lógicas. Nesse caso, a próxima etapa de definição de analiticidade (da analiticidade de frases sinônimas a verdades lógicas) é definir sinonímia.

Quine tinha o compromisso de que só se pode dizer que haja uma entidade se ela possui critérios de identidade, o que é expresso na máxima “Nenhuma entidade sem identidade” (QUINE, 1969, p. 23).

Podemos apresentar, grosso modo, uma estratégia explicativa à qual Quine se opôs e que confere poder explicativo fundamental a proposições da seguinte forma: proposições são entendidas como entes semânticos com prioridade explicativa em relação à sinonímia, e não o contrário, isto é, a noção de sinonímia é explicada por meio da noção de proposição, ou, em outras palavras, pode-se dizer que duas frases são sinônimas se, e somente se, expressam a mesma proposição, com a devida especificação da natureza da proposição.

De certa forma, Quine procura inverter essa maneira de pensar na medida em que confere prioridade explicativa à noção de sinonímia. Segundo ele, a alternativa explicativa acima esboçada falha pelo motivo de que as proposições parecem ser entidades sobre as quais é difícil estabelecer critérios de identidade; contudo, isso não implica em sentido estrito que devemos abandonar absolutamente significados concebidos como entes; implica apenas que só se pode admitir significados se se tiver, de antemão, critérios claros de identidade. Por exemplo, se tomarmos duas frases que diferem apenas com respeito à voz, como: (1) “Pedro quebrou o violão” e (2) “O violão foi quebrado por Pedro”, pode-se dizer que elas expressem a mesma proposição? Ainda, no caso de um período composto, como o seguinte, “Pedro e seus amigos correram pela direita e apagaram o fogo”, a frase expressa uma ou duas proposições? Respostas a estas perguntas não são de forma alguma óbvias.

Em seu artigo *Falando de Objetos*, de 1957, Quine escreveu sobre a falta de critério de identidade no caso de atributos: “A falta de um conceito apropriado de identidade para atributos é uma falta que os filósofos se sentem impelidos a suprir; pois, que sentido há em dizer que há atributos quando não há sentido algum em dizer quando há um atributo e quando há dois?” (1989, p. 61). Mais adiante, no mesmo artigo, o comentário é estendido de modo a abranger proposições: “Alguns outros supostos objetos abstratos que são como atributos, com respeito ao problema da identidade, são as proposições – no sentido de entidades que de algum modo correspondem a sentenças como atributos correspondem a predicados” (1989, p. 62).

Dadas tais dificuldades de estabelecimento de critérios de individuação ou identidade (em conjunção ao compromisso de que uma entidade admitida em ontologia necessita de critérios de individuação), Quine adota a manobra de focar na sinonímia antes que em

proposições ou significados reificados. Duas frases *não* são ditas sinônimas por expressarem a mesma proposição.

Na réplica a Alston, Quine, de maneira algo surpreendente, escreve: “Continuo insistindo que poderíamos alegremente hipostatizar significados se nós pudéssemos admitir sinonímia. Nós poderíamos simplesmente identificar significados com a classe de sinônimos. Ayer fez isso há muito tempo, e também o fez Russell” (1986, p. 73, tradução minha).¹⁹ A seguir, referindo-se às citações onde ele parece abominar a reificação, ele diz: “O objetivo de cada uma daquelas passagens é que a assunção prévia de um domínio inexplicado de objetos chamados significados não pode, de forma alguma, explicar sinonímia ou qualquer outra coisa” (1986, p. 73, tradução minha).²⁰

Em resumo, creio que o sentido destas frases seja o seguinte: um apelo inicial a um reino de entes intermediários não explicados não pode elucidar a sinonímia (ou qualquer outro fenômeno semântico relevante) e por isso a reificação é um mau negócio. A sinonímia assume primazia explicativa em relação aos outros conceitos semânticos. O problema *inicial* não é o incômodo ontológico da reificação e sim o papel explicativo insuficiente da noção de proposição ou significado reificado. Se o significado reificado pudesse nos fornecer uma forma de explicar a sinonímia, significados reificados poderiam ser admitidos. Sendo assim, o ponto focal é a sinonímia, sendo as outras preocupações secundárias. Isto é em parte o que significa dizer que a recusa de Quine à reificação ou ao estilo reificador de fazer semântica não constitui uma objeção em princípio contra qualquer forma de reificação.

Assim, a questão da reificação tem um caráter secundário. A questão primária é a insistência em que entidades admitidas devem possuir critérios claros de individuação.²¹ E para tanto é necessário que saibamos discernir quantos significados há numa frase complexa, quais os “limites” de um significado em relação a outro. Acontece que quando se fala em critérios de individuação de significados a questão recai sobre a sinonímia, pois fornecer critérios de individuação de significados é estabelecer em que situações duas frases são

19 “I keep urging that we could happily hypostasize meanings if we could admit synonymy. We could simply identify meanings with the classes of synonyms. Ayer made the same point long ago, and so did Russell” (QUINE, 1986, p. 73).

20 “The point of each of those passages is that the prior assumption of an unexplained domain of objects called meanings is no way to explain synonymy or anything else” (QUINE, 1986, p. 73).

21 Quine como um naturalista requer que tais critérios sejam empíricos – o que é explorado em *Palavra e Objeto*.

sinônimas uma da outra ou possuem igualdade de significado. A reificação pode ser admitida se tivermos sucesso em estabelecer uma noção de sinonímia científica e filosoficamente admissível. Neste caso, significados reificados seriam identificados com conjuntos de expressões sinônimas (QUINE, 1986, p. 73).

Muito embora um dos problemas associados à aceitação de proposições na ontologia de Quine seja o da individuação, isso não esgota suas objeções. Podemos imaginar um cenário no qual alguém desenvolve claramente a noção de sinonímia e especifica as condições suficientes de igualdade de significado. Ainda assim, um quineano ortodoxo não poderia aceitar proposições sem um bom argumento. A posição de Quine, no que diz respeito a inutilidade de proposições, é clara em *Filosofia da Lógica* (1970). Lá ele explica que mesmo se houvessem critérios claros de identidade para proposições, ainda assim elas seriam desnecessárias. Pois fornecer critérios de individuação para proposições “consistiria em alguma definição adequada de equivalência de sentenças; por que não então falar apenas de sentenças e equivalência e deixar de lado as proposições? (QUINE, 1970, p. 10). O ponto de Quine é que qualquer avanço explicativo que se possa esperar de proposições pode ser inteiramente haurido das próprias sentenças, motivo pelo qual proposições seriam inteiramente supérfluas em semântica.

Na próxima seção, examino uma tentativa de caracterização dos critérios de identidade de significados, isto é, uma caracterização da sinonímia. Será isso possível de acordo com Quine?

2.3. Sinonímia em *Dois dogmas do empirismo*

Na seção anterior, o problema da sinonímia surgiu de duas maneiras importantes: (A) o contexto “ser sinônimo de” é explorado a fim de evitar partir-se de significados reificados e (B) é necessário haver critérios de identidade para os entes que admitimos em nossa ontologia, no caso de significados, uma forma de dar critérios de identidade é estabelecer em que situações uma frase é sinônima de outra.²² A diferença destes dois pontos consiste no seguinte: por um lado, dar o significado de uma frase é dar uma ou mais frases sinônimas – ao contrário de apontar para *um significado reificado compartilhado pelas duas*. Por outro lado,

²² A noção de sinonímia aqui considerada é chamada por Quine de “sinonímia cognitiva”.

a questão da sinonímia é abordada como uma tentativa de elucidar critérios de identidade de possíveis entes significados.

É natural requerer agora uma clarificação do conceito de sinonímia. É importante, sobretudo, considerar que, caso possamos definir satisfatoriamente a sinonímia, podemos admitir significados em nossa ontologia, uma vez que estabelecemos critérios aceitáveis de individuação de entes significados.

A fim de considerar esse ponto sob a perspectiva de Quine, trataremos aqui de *Dois Dogmas do Empirismo* (1951/3), onde o conceito de sinonímia desempenha papel fundamental, pois é partir dele que se tenta elucidar um tipo de analiticidade. Esta seção trata das primeiras quatro seções do artigo, onde Quine rejeita várias tentativas de elucidar analiticidade e sinonímia.

Em *Dois Dogmas*, uma frase analítica é considerada por Quine como uma frase “verdadeira em virtude dos significados de suas palavras” ou “verdadeira pela linguagem” (BECKER, 2012, p. 68). A distinção entre frases analíticas, por um lado, e sintéticas, por outro, é o alvo de Quine nas primeiras seções de *Dois Dogmas*. Ele avalia uma série de tentativas de elucidação ou definição da noção de analiticidade. Definir satisfatoriamente analiticidade seria o meio a partir do qual se poderia fazer uma diferenciação clara em relação as frases sintéticas. Em seguida veremos como, na tentativa de definição da noção de analiticidade, emerge o problema da definição de sinonímia.

A princípio, Quine examina algumas tentativas de definição de analiticidade tradicionais e, sob alegação de que são insatisfatórias, passa à tentativa de defesa de uma definição particular em que se toma, de forma não-problemática, a noção de “verdade lógica”, que é aqui definida como uma frase verdadeira sob qualquer reinterpretação de seu vocabulário não-lógico (QUINE, 2010a, p. 22). Tomemos o seguinte esquema de proposição molecular: “ $A \vee \sim A$ ” (A ou não-A). Tal esquema seria uma verdade lógica pois cada uma de suas instâncias resulta verdadeira: “Está chovendo ou não está chovendo”; “Existem quarks ou não existem quarks”, etc. O exemplo de Quine de verdade lógica é (i) “Nenhum homem não-casado é casado”. Tomando (i), podemos gerar outra frase analítica a partir da substituição de termos sinônimos por sinônimos. Sendo assim, a partir de (i) podemos gerar (ii) “Nenhum solteiro é casado”, onde se substitui “homem não-casado” por “solteiro”.

Tanto as verdades lógicas como as frases transformáveis em verdades lógicas são

exemplos de frases analíticas, mas apenas as primeiras são definidas satisfatoriamente (ao menos até agora).

Tendo definido de antemão a noção de verdade lógica, o peso da definição de analiticidade recai sobre a noção de sinonímia, pois definindo com clareza a sinonímia poderíamos partir das verdades lógicas e chegar a frases analíticas do segundo tipo, supostamente sinônimas de verdade lógicas.

Quine considera a estratégia de reduzir as frases analíticas do tipo menos básico a verdades lógicas *por definição*, e para isso ele considera algumas acepções de “definição”. Pode-se considerar, por exemplo, definições de dicionário a fim de levar a cabo esse projeto de redução. O problema, neste caso, é que tais definições pressupõem que o termo a ser definido e sua definição sejam sinônimos. O lexicógrafo apenas *registra* expressões sinônimas caracterizadas pelo uso. Portanto, o apelo a esse tipo de definição só seria bem-sucedido caso a noção de sinonímia fosse esclarecida. Outra acepção de definição explorada por Quine é a *explicação*, uma noção técnica retirada do trabalho de Rudolf Carnap. Explicar uma expressão ‘e’ neste sentido é elencar outra expressão ‘e*’, não necessariamente sinônima exata de ‘e’ mas que preserve parte do uso de ‘e’, porém que seja mais precisa que ‘e’. “Na explicação, o propósito não é apenas parafrasear o *definiendum* em um sinônimo imediato, mas na verdade aperfeiçoar o *definiendum*, refinando ou complementando seu significado (QUINE, 2010a, p. 44). A ideia da explicação é elencar um contexto privilegiado de uma expressão (em termos de clareza e precisão) e em termos deste refinar o significado em outros contextos. Muito embora *definiendum* e *definiens* não precisem ser sinônimos, ocorre ainda um apelo à sinonímia dos contextos de uso privilegiados. Ambos tipos de definição até aqui explorados são fundados na sinonímia.²³

Outra estratégia de um possível esclarecimento da sinonímia é a seguinte: um item linguístico “a” é sinônimo de outro “b” se, e somente se, um pode sempre ser substituído pelo outro (exceto dentro de palavras) nas frases em que ocorrem sem alteração do valor de verdade destas. Assim, a sinonímia seria definida em termos de preservação de valor de

23 Como uma terceira alternativa, Quine explora a ideia de se explicar ou elucidar analiticidade através da noção de “definição por estipulação”. O que ocorre neste tipo de atividade é que uma definição é deliberadamente forjada para abreviar a expressão a ser definida. A despeito disso, Quine não parece considerá-la suficiente para clarificar a noção de analiticidade (Quine não trata minuciosamente deste ponto no artigo *Dois Dogmas*), pelos aparentes motivos de que a sinonímia que Quine pretende explicar parece ser fundada no uso prévio, antes que criada deliberadamente.

verdade por substituição; se dois termos são substituíveis entre si em frases nas quais eles ocorrem sem alterar o valor de verdade destas, eles são ditos sinônimos.

Segundo Quine, o critério de substituição *salva veritate* só funciona como uma condição suficiente para sinonímia em linguagens ditas “intensionais”.

Para notar como podemos substituir termos mantendo verdadeiros todos os seus contextos de uso em linguagens extensionais sem, contudo, obter sinonímia entre eles, consideremos o exemplo de Quine (2010a, p. 52) em que tomamos as expressões “criatura com coração” e “criatura com rins”. Levando em conta que seja uma contingência que todas as criaturas conhecidas possuidoras de coração possuem também rins, temos assim que, em todas as frases em que uma das expressões ocorre podemos substituí-la pela outra sem alteração do valor da verdade. Parece claro que, a despeito disso, as duas expressões não são sinônimas. Assim, fazemos a substituição que preserva o valor de verdade, mas notamos uma diferença cognitiva entre os termos substituídos.

Quine alega que apenas em linguagens intensionais – linguagens ricas o suficiente para conter o advérbio “necessariamente”, a substituição *salva veritate* é condição suficiente de sinonímia. Em tais linguagens, é possível gerar frases como (iii) “é necessário que se alguém é não-casado, então ele é não-casado” e, a partir de (iii), (iv) “é necessário que se alguém é solteiro, então ele é não-casado”. Neste caso, a substituição de “homem não-casado” por “solteiro” não altera o valor de verdade da frase resultante e nossa definição de sinonímia parece funcionar. Portanto, para prosseguir a uma completa definição de sinonímia (e de analiticidade) resta esclarecer o conceito de necessidade pressuposto em linguagens intensionais.

Tal conceito, entretanto, seria definido em termos de analiticidade, isto é, uma frase é necessária se ela é analítica. Isto é o mesmo que dizer que antes de definirmos necessidade precisamos já estar de posse de uma definição satisfatória de analiticidade, que era o queríamos inicialmente definir.

A consequência a ser retirada disso é a de que uma tentativa de se elucidar sinonímia em termos de necessidade não funciona porque pressupõe aquilo que em última análise deve ser elucidado, a saber, a analiticidade.²⁴

24 Na seção IV, por meio de regras semânticas em linguagens formais, Quine tenta jogar luz sobre a noção de

Não havendo até aqui, dentre todas as tentativas de definição de sinonímia e analiticidade, uma delas que seja satisfatória, crer em uma distinção entre frases analíticas e sintéticas permanece “um dogma não empírico dos empiristas, um artigo metafísico de fé” (QUINE, 2010a, p. 59).

Resta saber ainda se existiria alguma maneira de definir sinonímia de forma não-circular. E é isso que Quine investiga na seção V de *Dois Dogmas*, onde o problema da sinonímia é avaliado sob a luz do holismo confirmacional.

2.4. Sinonímia e holismo confirmacional

Na seção V do *Dois Dogmas*, Quine procura definir sinonímia de forma a evitar a circularidade acima descrita com o ajuda do critério verificacionista do significado, aceito por filósofos empiristas à época, segundo o qual “o significado de um enunciado é o método de confirmá-lo ou invalidá-lo empiricamente” (QUINE, 2010a, p. 60).

Segundo esta maneira de pensar, é possível atribuir a cada enunciado ou frase de uma teoria (ou de nosso corpo de conhecimento) seu quinhão de experiência, sendo claramente distinguíveis um aspecto linguístico e outro fatural de enunciados ou frases.

Se o critério verificacionista do significado estiver correto, a sinonímia (e consequentemente a analiticidade que se apóia na sinonímia) pode ser definida de forma não-problemática. Duas frases seriam sinônimas sse possuísem o mesmo método de verificação, ou seja, fossem verificáveis ou testáveis pelas mesmas experiências; já no caso da sinonímia de expressões sub-frasais, duas expressões “a” e “b” seriam sinônimas sse pudessem ser substituídas no interior de uma dada frase gerando-se um frase sinônima.

Haveria casos-limite de frases infirmadas por qualquer experiência, que seriam as contradições lógicas, ao mesmo tempo em que frases analíticas seriam sinônimas de verdades lógicas e, portanto, confirmadas por qualquer experiência, o que as tornaria imunes a

analiticidade, porém ele enxerga o projeto como fadado ao fracasso na medida em que regras semânticas que dizem quais enunciados são analíticos e quais não são só podem ser úteis se possuírmos, de antemão, compreensão da analiticidade.

qualquer tipo de revisão, vez que não poderia haver experiência que as falsificasse.

O verificacionismo apregoa que cada frase significativa possua um método de verificação, na ausência do qual as frases seriam assignificativas. No entanto, afirmando tal posição assim de forma geral permanece vago ainda de que forma se dá a conexão entre frases e evidência, diz Quine. Uma maneira de encarar este problema é por meio do que Quine chama “reducionismo radical”, que é a tese de que cada frase (sintética) dotada de significado pode ser traduzida em uma frase sobre a experiência imediata (2010a, p. 61). Seria este o *segundo* dogma que Quine procura minar.

Quine (2010a, p. 64) fala de um ponto implícito ao verificacionismo sobre o significado, a saber, a ideia de que frases, tomadas em isolamento, estão associadas a um conjunto de experiências que torna provável que a frase seja verdadeira, e também um conjunto de experiências que diminui esta probabilidade. É o que Becker (2014, p. 87) chama de “reducionismo residual” e que podemos chamar de “isolacionismo confirmacional”.²⁵ Tal tese é igualmente recusada por Quine com base naquilo que poderíamos chamar de “holismo confirmacional radical”, apresentado no artigo *Dois Dogmas*.²⁶

O holismo confirmacional radical pode ser visto como uma tese que se contrapõe ao isolacionismo confirmacional e é a tese de que “nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado” (QUINE, 2010a, p. 65).

Sendo assim, apenas um corpo de conhecimento (e não frases tomadas individualmente) associar-se-ia com a experiência, isto é, não é possível discernir um método de verificação particular para cada frase de uma teoria, o que acarreta que, frente a uma experiência que infirme uma frase qualquer de uma teoria (até mesmo uma frase “mais diretamente” conectada com a experiência), podemos manter a frase original desde que façamos as devidas alterações em nosso corpo de crenças. Isso significa dizer que não há em

25 O isolacionismo confirmacional pode ter diferentes forças. Sendo completamente radical, ele representaria a tese de que todas as frases da linguagem podem ser verificadas isoladamente. Sendo moderado, ele representaria a tese de que algumas frases (e.g., as observacionais) podem ser verificadas isoladamente.

26 Na seção específica sobre o holismo semântico, após a seção sobre indeterminação da tradução, apresento o ponto questionável de qual seria a leitura correta de *Dois Dogmas* no que tange à força do holismo.. É importante considerar que existem leituras diferentes que conferem maior peso a certas partes do artigo em relação a outras, dentre os autores que defendem que *Dois Dogmas* expressa um holismo confirmacional radical estão Michael Dummett e Edward Becker.

princípio qualquer frase constituinte de nosso corpo de crença que *deva* ser revisada diante de uma experiência negativa particular; poderíamos manter mesmo frases com aparente “conexão direta” com a experiência, desde que fizéssemos os devidos ajustes em outras partes do corpo (QUINE, 2010a, p. 67). Além disso, em princípio frases da matemática e da lógica podem ser revisadas diante da experiência, o que indica que estas não são imunes à experiência (QUINE, 2010a, p. 67). Sendo assim, não parece fazer sentido falar em frases verdadeiras “aconteça o que acontecer” e conhecíveis independente da experiência (i.e., as analíticas) e tampouco em frases sinônimas entre si.

Por isso, o holismo confirmacional em sua forma radical constitui uma objeção fundamental em relação à sinonímia e à analiticidade. No *Dois Dogmas*, ele parece endossar uma tese holista bastante radical.

A tese da indeterminação, de que trataremos a seguir, tem como mote a ideia de que não possuímos critérios de identidade para significados para grande parte de nossas frases. Veremos de que forma Quine chega a esta conclusão na próxima seção, e veremos também de que forma a indeterminação da tradução se conecta com uma espécie mais branda de holismo.

3. A indeterminação da tradução por dados

Em *Dois Dogmas* Quine alega que “a noção de sinonímia pressuposta aqui ainda tem de ser clarificada, presumivelmente em termos relacionados ao comportamento linguístico (2010a, p. 43). Tendo falhado as demais tentativas exploradas em *Dois Dogmas*, Quine procura levar a efeito tal projeto – o de fundamentação da noção de sinonímia em termos comportamentais – alguns anos depois, em *Palavra e objeto*. O resultado alcançado é chamado de tese da indeterminação da tradução.

A tese da indeterminação da tradução é desenvolvida no segundo – e decisivo – capítulo de *Palavra e Objeto* e diz que, dada uma frase X de uma língua L₀, que seria traduzida no português (ou em qualquer outra língua L₁) por Y, pode haver outras traduções Y*, Y**, etc, que são tão satisfatórias quanto Y no sentido de se adequarem ao uso dos falantes de L₀ e que, mesmo assim, são incompatíveis entre si (KEMP, 2006, p. 35).²⁷ Em outras palavras, para a tradução de uma língua estrangeira em nossa língua é possível elaborar diferentes manuais de tradução,²⁸ incompatíveis entre si e igualmente adequados às disposições de uso da linguagem pelos falantes. Com o intuito de compreender melhor essa exposição da tese de Quine, devemos esclarecer em que sentido as noções de “adequação” e “incompatibilidade” devem ser entendidas.

Adequação, neste caso, tem um viés pragmático (QUINE, 1998, p. 80), o que significa dizer que um manual correto, neste sentido, é um que pode nos conferir fluência na língua traduzida ou produzir efetivo intercâmbio linguístico entre nós, que estamos aprendendo a língua, e os falantes nativos (ou entre nós e o linguista encarregado da tradução).

Muito embora possa haver manuais diferentes e efetivos no sentido acima, tais manuais podem ser ainda incompatíveis entre si. Quine (1998, p. 48) propõe um teste para descobrir se dois manuais são realmente incompatíveis. Tomemos um trecho da língua nativa; podemos traduzir o trecho para nossa língua fazendo uso alternado de dois manuais; se intercalar de tal modo os manuais prejudica nossa capacidade de comunicação com os

²⁷ Neste caso, a tese é apresentada de maneira geral, mas a fim de evitar confusões é necessário acrescentar que existem frases cujo significado é determinado, frases para as quais os critérios empiristas de Quine estabelecem uma tradução correta. De início, podemos afirmar que quanto mais direta a conexão da frase com a experiência menos provável que traduções dela possam variar entre si.

²⁸ Um manual de tradução deve fazer uma correlação entre as duas línguas pareando frases de uma com seus correlatos em outra, assim, para cada sentença S₀ (uma sentença qualquer da linguagem L₀) o manual deve fornecer uma sentença S₁ (uma sentença qualquer da linguagem L₁) que seja sua tradução correta.

falantes, então os dois manuais são incompatíveis entre si fazendo com que o trecho traduzido resulte incoerente.

Ou suponha que ambos [dois linguistas de campo] compilem manuais de tradução, e ambos manuais se provem bem-sucedidos em traduzir algum longo monólogo nativo em português coerente. Suponha então que nós traduzimos o monólogo novamente usando os dois manuais alternativamente, sentença por sentença. O resultado seria coerente? Se não, e dado que não há base para dizer qual manual está errado, nós temos o que eu tenho chamado a indeterminação da tradução (QUINE, 1998, p. 48, tradução minha).²⁹

O exemplo de Quine da tradução radical ilustra a tese da indeterminação da tradução. Ao elaborar a tese, Quine tem o propósito de identificar os fatos pertinentes à tradução entre uma língua e outra (a estes supostos fatos não é dado status ontológico positivo de princípio, se eles existem, devem ser explicados em termos empíricos)³⁰ e, conseqüentemente, investigar se é possível gerar atribuições de significado fundadas em dados empíricos, o que equivale à tentativa de desenvolver uma semântica inteiramente empirista, despojada de elementos não-fatuais. Desenvolver semântica a partir da tradução é uma maneira de se perguntar por significados, pois supostamente os significados são aquilo que permanece intato em diferentes frases que podem ser traduzidas uma pela outra.

O resultado da tese aqui em questão, tal como esboçada no primeiro parágrafo desta seção, é o de que se procuramos uma maneira fatural de gerar atribuições de significados a palavras ou frases nosso projeto tende a fracassar, de tal forma que qualquer atribuição de significado ou sinonímia a palavras ou frases deve ser feita levando em conta critérios não-fatuais. Como coloca Garry Kemp: “A atribuição de significado, a identificação de sinonímia e assim por diante, deve permanecer uma matéria de intuição ou conveniência, não uma matéria de fato objetivamente descobrível”³¹ (KEMP, 2006, p. 35, tradução minha).

29 “Or suppose they [two field linguists] both compiled manuals of translation, and both manuals proved successful in translating some long native monolog into coherent English. Then suppose we translate it again using the two manuals alternatively, sentence by sentence. Would the result be coherent? If not, and given no basis for saying which manual is at fault, we have what I have called the indeterminacy of translation” (QUINE, 1998, p. 48).”

30 Tais fatos são aqui entendidos como tendo a seguinte forma “x significa Y”, onde 'x' é um item linguístico e Y um significado.

31 “The assignment of meaning, the identification of synonymy and so on, must remain a matter of intuition or

Muito embora o projeto de uma semântica empirista fracasse, alguém poderia objetar que é possível (ou até recomendável) introduzir termos não empiristas em nossa semântica a fim de identificar significados determinados. Mas perspectiva empirista em semântica, segundo Quine, é a única alternativa quanto à aquisição e compreensão de significados. Não é o caso que Quine restrinja o âmbito evidencial de fatos possivelmente determinantes de significados de forma arbitrária ou que desenvolver uma semântica empirista ou mentalista seja uma questão de escolha (o que tornaria a escolha de Quine um tanto enviesada).

A partir do reconhecimento de que nós chegamos a apreender significados através da observação do comportamento de nossos compatriotas e de reforço ou correção de nosso próprio comportamento verbal, Quine afirma que o único meio legítimo de falar em significados seria em situações observáveis de comportamento verbal.

Cada um de nós aprende sua língua pela observação do comportamento verbal de pessoas e tendo seu próprio comportamento verbal vacilante observado e reforçado ou corrigido por outros... Não há nada no significado linguístico, então, para além daquilo que pode ser adquirido a partir do comportamento manifesto em circunstâncias observáveis (QUINE, 1992, p. 38).³²

É neste espírito que o linguista desenvolve suas traduções ditas “radicais”, independente de qualquer contato prévio ou qualquer recurso que forneça conhecimento parcial da língua a ser traduzida e que tenha implicações semânticas. Isso é uma maneira de ilustrar o compromisso empirista de Quine, fundado, de maneira geral, na afirmação de que “nossa informação sobre o mundo vem apenas através de impactos em nossos receptores sensoriais” (QUINE, 1992, p. 19, tradução minha).³³

O recurso à tradução radical é uma estratégia heurística de apresentar um cenário em que o entendimento de significados se dá apenas por estimulações no qual, como coloca Becker “a medida na qual ele [o linguista de campo] será capaz de determinar os significados

convenience, not a matter of scientifically discoverable objective fact.” (KEMP, 2006, p. 35).

32 “Each of us learns his language by observing other people's verbal behavior and having his own faltering verbal behavior observed and reinforced or corrected by others...There is nothing in linguistic meaning, then, beyond what is to be gleaned from overt behavior in observable circumstances.” (QUINE, 1992, p. 38).

33 “our information about the world comes only through impacts on our sensory receptors.” (QUINE, 1992, p. 19).

dos nativos será a medida do grau no qual estes significados são determinados pelo comportamento verbal” (BECKER, 2012, p. 96, tradução minha).³⁴

3.1. Estimulações, disposições e significado por estímulo

A noção de estimulação desempenha um papel central na tentativa de reconstrução empírica de conceitos semânticos. Significados frasais são definidos levando em conta as estimulações que incitam ou incitariam o assentir ou dissentir a seus proferimentos. Assim, considerar o significado linguístico via estimulações é um passo que está de acordo com o projeto empirista de Quine – o único meio legítimo em que se pode falar em significados – e conecta significado e evidência deixando clara a posição verificacionista de Quine.

Significados pensados em termos de estimulação são chamados de “significado por estímulo”. O significado por estímulo de uma frase X para um falante S é o par ordenado da classe de estimulações que incitariam o assentimento de X por S e a classe de estimulações que incitariam dissenção de X por S. À classe de estimulações que incitariam assentimento pelo falante S chamamos “significado por estímulo afirmativo” para S e à classe que incitaria dissenção chamamos “significado por estímulo negativo” para S (QUINE, 2010b, p. 57-58). Segundo Becker, “as estimulações pertencendo ao significado por estímulo afirmativo de uma frase proverão evidência confirmatória à sua verdade; seu significado por estímulo negativo consistirá de estimulações que a infirmariam” (2012, p. 99, tradução minha).³⁵

Estimulações devem ser entendidas de uma maneira que evite mal-entendidos. Elas não são um objeto físico tampouco um tipo de sensação ou percepção (KEMP, 2006, p. 42). Como um contraexemplo à identificação de objetos físicos a estimulações, é possível dizer que um falante seja incitado a assentir a ‘Coelho’ (expressão tomada como uma frase) em uma situação de vislumbre de uma réplica de um coelho. Adicionalmente, pensar estimulações como sensações ou percepções conferiria um caráter mentalista às estimulações. Estimulações, ao contrário, tem um caráter público no sentido de que, se duas pessoas são

34 “the extent to which he [the field linguist] will be able to determine the natives' meanings will be a measure of the extent to which these meanings are determined by speech behavior.” (BECKER, 2012, p. 96).

35 The stimulations belonging to a sentence's affirmative stimulus meaning will provide confirming evidence of its truth; its negative stimulus meaning will consist of stimulations that disconfirm it.”(BECKER, 2012, p. 99).

expostas à mesma estimulação elas seriam levadas a assentir ou dissentir da mesma frase. Isso dá às estimulações um caráter que permite avaliação intersubjetiva, isto é, é possível notar a quais estimulações alguém foi (ou é) submetido, o que não ocorre com sensações e percepções.

A conexão entre estimulações e frases se dá através de uma relação causal, ou seja, é por conta da ocorrência da estimulação que um falante assente ou não ao proferimento de uma frase.³⁶

Outra característica das estimulações é que elas possuem extensão temporal, o que Quine chama de “módulo”. O módulo de uma estimulação que incita o nativo a assentir a “está quente!” pode ser bastante curto se comparado ao módulo de outras estimulações.³⁷

Em *Palavra e Objeto* (p. 59), Quine dá uma definição adicional de significado por estímulo, a saber, “O significado por estímulo de uma frase para um sujeito é a soma de suas disposições a assentir ou a dissentir de uma frase em resposta a uma estimulação presente” (2010b, p. 59).

Podemos separar dois aspectos importantes aqui. O significado por estímulo pode variar de falante a falante e, assim, falamos de significado por estímulo relativo a determinado falante. Quando o significado, assim concebido, é invariante ou minimamente variante no interior de uma comunidade linguística falamos em significado por estímulo naquela língua.

O segundo aspecto relaciona-se com o papel desempenhado por disposições no processo de tradução. No prefácio a *Palavra e Objeto*, encontramos a seguinte frase:

“A linguagem é uma arte social. Ao adquiri-la, nós dependemos inteiramente das indicações disponíveis intersubjetivamente do que dizer e quando. Assim, não há justificação para cotejar significados linguísticos, a não ser em termos das disposições dos homens a responder publicamente a estimulações socialmente observáveis.” (QUINE, 2010b, p. 13).

36 Este ponto é pressuposto quando adiante se apresenta a noção de informações colaterais. Um ponto a ser marcado aqui é a distinção entre incitar e provocar. Apenas estimulações podem incitar proferimentos, contrariamente, o conjunto de estimulação mais uma frase em forma interrogativa, feita pelo tradutor, provoca proferimentos (BECKER, 2012, p. 98).

37 Este exemplo é tirado de Gary Kemp (2006, p. 43).

Se não há, segundo Quine, como investigar significados senão como disposições a assentir ou dissentir, segue-se que compreender ou traduzir a língua dos nativos está relacionado com descobrir suas disposições de fala, o que o tradutor radical procura fazer por meio da formulação de hipóteses posteriormente testadas equiparando frases de acordo com semelhança de significado por estímulo. Além disso, só se pode dizer que alguém possui uma linguagem caso este possua uma série de disposições de uso verbal, de forma que, conhecer uma língua é conhecer as disposições de uso dos falantes – o que não significa que o acesso às disposições de fala possa resultar em uma tradução determinada.

Resta compreender com clareza o que seriam disposições de uso verbal, que estão em jogo no processo de tradução. Em primeiro lugar, as disposições de fala dos nativos são aquilo a que um tradutor pode ter acesso ao observar o uso dos falantes e formular hipóteses de tradução, elas são, conseqüentemente, públicas.

As disposições, neste sentido, constituem o âmbito evidencial a que o linguista de campo tem acesso ao elaborar traduções. Ele pode ter acesso a elas através da observação do uso verbal dos falantes e do método inquisitivo, que consiste em provocar (*elicit*) aceitação ou não-aceitação dos nativos a proferimentos sob determinadas situações/estimulações. Assim, a partir do trabalho gradual de tradução, o tradutor radical teria acesso às disposições dos falantes no que concerne à língua deles.

Dizer que um falante X tem a disposição y de assentir a uma frase p em certas circunstâncias de proferimento é o mesmo que dizer que, se em tais circunstâncias o falante for provocado a assentir ou dissentir a p, ele assentirá a p, o que pode ser verificado experimentalmente.

O apelo a disposições pode, à primeira vista, soar como algo similar ao apelo, com fins explicativos, de entes mentais que Quine relutava em aceitar. A este ponto Quine faz uma analogia com situações em que se fala, com respaldo científico, em propriedades disposicionais, como no caso do sal, que possui como uma de suas características a solubilidade em água em condições adequadas. As disposições, seja no que diz respeito ao seu papel teórico em semântica, seja em relação ao sal, funcionariam como um marcador de lugar. Postular uma disposição é apontar para uma certa “condição estrutural sutil” (QUINE, 2010b, p. 59) que muito embora possa não ser conhecida ainda, pode vir a ser. Hylton caracteriza este ponto da seguinte forma: “Chamar um torrão de açúcar solúvel, digamos, é

atribuir a ele qualquer que seja a característica que é de fato responsável pela dissolução de tais torrões de açúcar como termina por acontecer em água” (HYLTON, 2007, p. 104, tradução minha).³⁸ Sendo assim, quando Quine fala em disposições, o termo designa o que quer que seja responsável pelo comportamento dos falantes no que concerne à utilização da linguagem.

3.2. Frases de ocasião e frases permanentes

É natural supor que o tradutor radical, destituído de qualquer ajuda em sua tradução, deva recorrer inicialmente a frases cujo proferimento está em alguma relação com o que acontece no momento em que a frase é produzida, o que é o mesmo que dizer que ele deve inicialmente se concentrar em frases de ocasião.

Frases ou sentenças de ocasião podem ser como as seguintes: “Sua blusa está vermelha” ou “Veja, aquele homem tropeçou nos próprios pés!”, etc. Sua característica distintiva é o fato de que sua enunciação ou o fato de o falante assentir ou não a elas quando questionado só pode ocorrer caso haja uma estimulação que incite assentimento.

A classe das frases de ocasião é uma categoria abrangente que compreende as frases de observação e se contrapõe a frases permanentes.³⁹ Frases de observação são, segundo Quine (2010b, p. 69), frases cujos significados são correlatos mais fiéis a significados como ordinariamente concebidos, isto se dá porque, em se tratando de tais frases, seu assentimento não se relaciona com outras informações que o falante possa eventualmente ter, diferentemente de frases de ocasião não-observacionais.

Significado por estímulo só é relevante para frases de ocasião, pois existem frases cuja aceitação ou não-aceitação pode ocorrer em contextos não-incitados por estimulações, como “A menor distância entre dois pontos é uma linha reta”, entre várias outras. Tais frases podem ser proferidas após uma estimulação que as incite, mas isso não é necessário (BECKER, 2012, p. 98). A elas dá-se o nome de frases permanentes.

38 “To call a sugar lump soluble, say, to attribute to it whatever characteristic is in fact responsible for the dissolving of such sugar lumps as happen to end up in water.” (HYLTON, 2007, p. 104).

39 “standing sentences” no original, procuro de modo geral seguir neste trabalho a tradução destas expressões como aparecem em *Palavra e Objeto* da editora Vozes. Lá, “stimulus meaning” é traduzido por “significado por estímulo”, “occasion sentences” por “frases de ocasião” e “observation sentences” por “frases de observação”.

As frases permanentes são ilustradas em “O homem é um animal racional” ou “O carbono é tetravalente”. Tais frases têm a característica de poderem ser proferidas sem estimulação externa que incite seu proferimento, muito embora possam ser aceitas se questionadas após uma estimulação que as incite (QUINE, 2010b, p. 62) e, uma vez verdadeiras, não podem ser falsas, ao contrário de frases de ocasião (KEMP, 2006, p. 40).

O trabalho inicial do linguista de campo é encontrar frases de observação na língua desconhecida e providenciar traduções em termos de significado por estímulo. Se existe uma convergência entre as ocasiões em que os nativos da língua desconhecida proferem “Gavagai”, como no exemplo de Quine, e as ocasiões em que nós, falantes de português, proferimos “Coelho” é natural supor que ‘Coelho’ é a tradução correta para “Gavagai”. Mas neste ponto, assumamos que essa tradução possível é apenas uma primeira hipótese de trabalho do linguista e também que suas traduções são feitas levando em conta não a completa identificação de significado por estímulo entre as duas línguas envolvidas em seu manual de tradução, pois significado por estimulação não pode ser identificado com significado intuitivamente concebido (veremos em seguida o porquê). Portanto, o melhor que o tradutor pode fazer é parear frases das duas línguas com significados por estimulação semelhantes.

As divergências entre significado por estímulo e significado intuitivo são devidas a intrusão de “informações colaterais”, que são o conhecimento de algo, que é distinto do significado de uma expressão e que pode levar o falante a assentir ou dissentir a ela.

3.3. Informações colaterais

A estimulação que incita o proferimento de uma frase nativa como “Gavagai” pode estar em meio a várias outras que antecedem seu proferimento e que, mesmo assim, não o incitam, isto é, não são diretamente relevantes para o significado de “Gavagai” ou não estão causalmente relacionados com seu proferimento. A fim de superar essa dificuldade, o tradutor tem a tarefa de encontrar uma forma de discernir entre as estimulações que incitam um proferimento e aquelas que apenas o precedem contingentemente. Quine (2010b, p. 55) propõe a seguinte forma de tentar superar este problema: “Se logo após o nativo ter sido perguntado S e ter assentido ou dissentido, o linguista fazer emergir a ele a estimulação σ , perguntando novamente S, e receber o veredito oposto, então ele pode concluir que σ foi o

que o incitou”.

Não obstante, nem mesmo este método pode nos permitir distinguir entre estimulações relevantes para o significado de uma frase e estimulações que incitam assentimento a partir de certas informações que os nativos adquiriram após saberem o significado daquela frase. Esse tipo de informação é o que Quine chama de informação colateral ou intrusiva.

O significado por estimulação de frases de ocasião não observacionais geralmente inclui informações colaterais e, por esse motivo, significado por estímulo difere de significado intuitivamente concebido. Podemos imaginar, assim como Quine, casos como o de “Gavagai” em que pode haver informações colaterais que entram no significado por estímulo da frase para os nativos e que ficam fora do significado por estimulação de “Coelho” para o tradutor. Imagine, por exemplo, um tipo de mosca de coelho cuja presença em uma área (mais um vislumbre pouco claro de um coelho) é um indicador suficiente da presença de coelhos, suponhamos então que o conhecimento desta informação seja amplamente disseminado entre os nativos (QUINE, 2010b, p. 63). Quando eles veem uma mosca de coelho, eles estão dispostos a assentir a “Gavagai”, enquanto que a mesma mosca não incitaria o assentimento, por parte do tradutor, de “Coelho”. Esse tipo de informação colateral, por ser amplamente difundido na comunidade linguística, é indetectável, mas existem informações que determinados falantes possuem e que outros não, casos nos quais se pode claramente perceber a flutuação de significado por estímulo decorrente de informações colaterais.

Também as informações colaterais afetam diferentes frases em maior ou menor grau. Uma frase possui maior grau de observacionalidade se ela é mais diretamente conectada com a experiência e, por isso, sua variação de significado por estímulo entre os falantes é mínima ou inexistente. Uma frase de ocasião observacional como “Vermelho” possui alto grau de observacionalidade e, em geral, os falantes assentirem a ela depende apenas da ocorrência de uma estimulação seguida de uma pergunta. Já frases como “Solteiro” possuem um grau de observacionalidade muito menor, o que as torna muito mais suscetíveis de serem aceitas ou não a depender das informações de que o falante dispõe; ou seja, para assentir a “Solteiro” não é necessário apenas ver uma pessoa não-casada; é necessário saber de seu status civil, sua idade, etc.

É neste sentido que o significado por estímulo de frases de ocasião não-observacionais difere do significado como uma noção intuitiva: na medida em que o significado por

estimulação pode conter informações que, sob nenhuma noção intuitiva de significado, contariam como parte do significado de um termo (BECKER, 2012, p. 100). A conclusão que Quine pretende estabelecer com isso é a de que o significado por estimulação não funciona como uma boa explicação da noção de significado, pois supõe-se que significados sejam algo comum aos falantes de uma língua, mas significados por estímulo podem variar bastante a depender do falante e também da posse, por parte dos falantes, de informações colaterais. Além disso, informações colaterais, como no caso da mosca de coelho, são informações apenas indiretamente associadas ao significado de um termo. Se informações colaterais fossem constituintes necessários do significado de um termo elas não poderiam ser adquiridas a um tempo em que o falante já soubesse o significado do termo, mas por definição elas o são.

Para que o significado por estímulo pudesse representar de forma mais fiel a noção intuitiva de significado deveríamos estabelecer um critério que nos permitisse distinguir entre aquilo que é diretamente relevante para o significado de uma expressão, por um lado, e o que faz parte das informações colaterais, isto é, informações adquiridas após os falantes terem aprendido o significado de uma expressão, por outro. Tomando ainda o exemplo dado acima, precisamos de um critério de que estabeleça que o vislumbre claro de um coelho deve contar como o significado por estimulação de “Gavagai” enquanto que a visualização de uma mosca de coelho deve contar como algo com potencial de incitar o proferimento de “Gavagai” mas que, a despeito disso, não faz parte de seu significado.

A existência das informações colaterais, sobretudo quando amplamente difundidas em uma comunidade linguística, é um complicador do processo de tradução radical, pois o tradutor não pode esperar parear frases das duas línguas com significados por estimulação idênticos na medida de sua alta variação (variação que se dá mesmo intralinguisticamente). O que o tradutor deve fazer é parear frases cujo significado por estimulação seja significativamente semelhante.

Além disso, apenas frases de observação podem ser traduzidas corretamente levando em conta igualdade de significado por estímulo. Elas são frases cuja variação de significado por estimulação é muito pequena dada sua nula ou mínima sensibilidade a informações colaterais (KEMP, 2006, p. 45). Como exemplo de uma frase de observação podemos considerar “Vermelho”. São tais frases que propiciam o ponto de partida do tradutor radical e apenas no caso de frases de observação a noção de significado por estímulo funciona como uma explicação da noção intuitiva de significado. Ou seja, para frases observacionais o

significado por estímulo é suficiente para estabelecer relações de sinonímia entre frases que são uma a tradução da outra. Sinonímia, por sua vez, é entendida da seguinte forma: duas frases são sinônimas por estímulo para o mesmo falante se possuem o mesmo significado por estímulo.

Finalmente, note que dizer que o significado por estímulo não é uma explicação geral da noção intuitiva de significado e, conseqüentemente, que sinonímia por estímulo não é uma boa explicação geral da noção de sinonímia implica dizer que significado por estímulo não é suficiente para estabelecer relações de sinonímia entre expressões. A partir do significado por estímulo não poderíamos traduzir corretamente (ou decidir entre uma tradução correta em detrimento de outra) frases sinônimas. Pois o significado é aquilo permanece inalterado na tradução.

Alguém poderia objetar que isso indica que deveríamos revisar a noção de significado por estímulo ou incluir na noção empírica de significado qualquer outra evidência determinante de relações de sinonímia. Quine, ao contrário, sugere que revisemos nossas intuições de senso comum quanto a significados, pois sua noção empírica de significado seria a única noção aceitável.

3.4. Tradução radical

Para ilustrar a tese da indeterminação, Quine elabora o experimento de pensamento da tradução radical, segundo o qual um linguista é encarregado de elaborar um manual de tradução entre sua língua nativa – o português, digamos – e uma língua por completo desconhecida. O linguista não pode contar com o auxílio de dicionários ou de bilíngües na realização de sua tarefa. Adicionalmente, suponhamos que a língua do tradutor radical e a língua nativa que ele pretende traduzir sejam dessemelhantes no que tange à sua formação histórica, de forma que as duas línguas não compartilhem termos cognatos a partir dos quais o linguista poderia inferir semelhanças de significado. Neste cenário, tudo que o resta é a observação da fala dos nativos em situações em que o contexto relevante para se estabelecer uma tradução é aberto à observação, de forma que tanto o linguista quanto os falantes nativos da língua a ser traduzida tenham acesso às mesmas estimulações.

O início do trabalho de campo do linguista se dá com a tradução de frases diretamente ligadas a situações nas quais são proferidas. Ou, como o próprio Quine coloca,

“As enunciações primeiramente e mais provavelmente traduzidas neste caso são aquelas ligadas a eventos presentes que são conspícuos ao linguista e seu informante.” (QUINE, 2010b, p. 53). O linguista deve correlacionar estimulações sensoriais acessíveis a ele e ao seu informante nativo de modo a estabelecer hipóteses iniciais de tradução.

Segundo Quine, a conexão de frases com estimulações não-verbais pode ser mais ou menos direta. As frases cuja conexão é mais direta são aceitas ou não pela percepção de estimulação sem mediação verbal,⁴⁰ apenas pela ocorrência do estímulo e pela colocação da frase em forma interrogativa. Outras frases têm contato com a experiência apenas mediado por frases mais diretamente conectadas com a experiência. Como exemplo de frases cuja conexão com a experiência é mediada poderíamos citar frases teóricas com algum grau de abstração ou frases universais como ‘Coelhos comem cenouras’; tal frase é mediada na medida em que assentir a ela pressupõe a assensão anterior a outras frases mais próximas à experiência (BECKER, 2012, p. 124). Presumivelmente, o tradutor radical deve começar por frases cuja conexão causal com estimulações é direta.

Em um segundo momento, depois de constatar correlações entre estimulações e proferimentos, o linguista estabelece traduções hipotéticas. Por exemplo, ele pode constatar que os falantes tendem a proferir “Gavagai” quando na presença de coelhos; neste caso, como hipóteses de trabalho, o linguista poderia elencar diferentes significados para o termo nativo, “Animal branco”, “Coelho”, “Roedor” seriam algumas alternativas possíveis. O linguista então, a fim de determinar o significado correto da expressão, poderia inquirir os nativos em sua própria língua, de forma a fazê-los assentir ou dissentir a proferimentos. Ele perguntaria, como exemplo, “Gavagai?” aos falantes nativos em diversas ocasiões: na presença de outros animais brancos, na ausência de coelhos, etc. Supõe-se então que, para testar suas hipóteses, o linguista precisa criar um método de descobrir quais termos indicam o assentir e o dissentir dos nativos. Para tanto, Quine sugere o seguinte método.

Suponhamos que ao inquirir “Gavagai?” repetidas vezes, o linguista nota alta incidência dos termos “Evet” e “Yok”; a partir de então ele procura repetir os proferimentos dos falantes em seguida a sua ocorrência. Se com regularidade os nativos respondem com “Evet”, o linguista tem evidência que lhe permite indutivamente crer que esse é o termo que

40 Aqui é assumido que as frases podem estar em diferentes posições de nosso corpo de conhecimento. Algumas delas estão próximas à periferia, o que as torna mais diretamente conectadas com a experiência, outras estão mais próximas ao centro e sua conexão com a experiência depende de suas conexões com as demais frases do corpo.

expressa assentimento. Tal hipótese pode ser testada outras vezes a fim de corroborar o resultado ou forçar o linguista a revisá-la.

O tradutor pode identificar relações de sinonímia entre frases de observação, aquelas cujo assentimento/dissentimento é incitado sem influência de informações colaterais. Adicionalmente, o tradutor pode ainda chegar desenvolver uma noção de analiticidade empírica, chamada de “analiticidade por estímulo”. Uma frase é analítica por estímulo se os nativos tem a disposição de uso de assentir a ela independente da estimulação a que sejam apresentados. Contrariamente, uma frase é contraditória por estímulo no caso em que qualquer estímulo é sucedido de dissentimento.

Uma consequência desagradável da analiticidade por estímulo é que ela permite incluir como analíticas frases permanentes intuitivamente classificadas como não-analíticas, mas que são frases amplamente aceitas pelos falantes de uma dada comunidade linguística, como “A terra é redonda”, entre outras.

Na tradução dos conectivos lógicos verofuncionais, o tradutor não enfrentaria grandes dificuldades. Dada uma frase nativa, M, com um significado por estímulo conhecido, para encontrar sua negação, o linguista observaria que os falantes nativos estão dispostos a assentir a M sse dissentirem de $\neg M$ (considere “ \neg ” como o termo que designa negação na língua nativa). Um fenômeno parecido ocorre com a conjunção: os falantes estão dispostos a assentir a $M * N$ sse estiverem dispostos a assentir a M e N individualmente. No caso da disjunção eles estão dispostos a assentir a $M \text{ } \text{e} \text{ } N$ sse estão dispostos a assentir M ou N. E assim por diante para os outros conectivos lógicos.

Já na tradução das expressões lógicas quantificacionais o tradutor enfrentaria um sério problema. Suponha, por exemplo, que ele deseje encontrar o correlato em língua nativa da frase portuguesa “Todos os coelhos são animais”. Para encontrar a tradução correta desta frase, o tradutor poderia trabalhar com a hipótese de que todas as frases que indicam quantificação universal envolvem dois termos com significados por estímulo distintos; ele poderia compor frases de quantificação universal na língua nativa se identificasse que o significado por estímulo de um termo é um subconjunto ou uma parte do significado por estímulo de outro. Assim, no caso de “Todos os coelhos são animais” o termo “coelho” tem um significado por estímulo que é uma parte do significado por estímulo de “animal”. E isto leva o linguista a um problema. Para traduzir frases que envolvem quantificação é necessário saber de antemão quais as referências de termos nativos ao mesmo tempo em que para determinar as referências dos termos nativos é preciso um aparato de identidade que envolve

operadores quantificacionais (KEMP, 2006, p. 50).⁴¹

Naturalmente, o método de correlacionar estimulações com disposições verbais dos falantes não pode funcionar para a tradução de frases permanentes, pois tais frases podem ser proferidas após várias estimulações que não as incitam. Por exemplo, as frases ‘A terra é redonda’ e ‘Os conjuntos A e B são iguais sse A está contido em B e B está contido em A’ podem ser proferidas após as mesmas estimulações sendo, assim, sinônimas por estímulo tendo, contudo, grande diferença cognitiva.

Além disso, até aqui nada se disse sobre a tradução de palavras, apenas de frases completas. Se o tradutor fosse orientado exclusivamente pelo método de traduzir frases completas, ele teria um procedimento limitado. Desenvolver um método de traduzir palavras e seus modos de composição nos permitiria traduzir frases permanentes e também providenciar traduções de frases que talvez nunca fossem proferidas frente ao tradutor e que, a despeito disso, poderiam ser formadas na língua nativa.

Para traduzir palavras, o tradutor poderia separar sequências fonéticas que ocorrem em diferentes frases. Assim, ele identificaria uma mesma sequência fonética que aparece em diferentes frases proferidas apenas quando quem as profere está na presença de uma forma geométrica redonda, digamos; assim, o tradutor pode considerar tal termo como um que indica um círculo. A partir da identificação de diversas sequências sonoras que o tradutor traduz como partes sub-frasais da língua nativa, ele pode recombina-las de forma a produzir frases permanentes inteiras na língua nativa e com esse material em mãos o tradutor faria perguntas aos nativos na língua deles os incitando a assentir/dissentir a frases permanentes. .

Note que mesmo que assumirmos que as frases “Gavagai” e “Coelho” são sinônimas por estímulo, isto não basta para garantir que as palavras “gavagai”⁴² e “coelho” possuam a mesma extensão, nem mesmo algum gesto indicativo acompanhado do proferimento de “Gavagai” poderia nos indicar a extensão precisa do termo uma vez que, ao apontar para um coelho, alguém aponta também para um estágio temporal de coelho ou para a instanciação do universal coelho. A referência de tais termos não pode ser determinada (ou aprendida pelo tradutor) por uma definição ostensiva, pois tal já presume que o tradutor tenha informações

41 Adiante veremos que método o tradutor poderia utilizar para determinar a referência de expressões sub-frasais e se, dotado deste método, ele pode levar a cabo tal empreendimento.

42 Quine trata “Gavagai” e “Coelho” como frases de uma só palavra, para indicar isso, elas iniciam com letras maiúsculas. “gavagai” e “coelho”, ao contrário, indicam termos.

suficientes para determinar ao que, especificamente, se refere o apontar do nativo.

Para determinar a referência correta de termos nativos em usos referenciais, o tradutor precisa desenvolver certo aparato linguístico que o permita inquirir os falantes sobre as referências de seus termos. Seria por meio de “hipóteses analíticas” que o tradutor chega a uma possível tradução do “aparato de identidade”, necessário para escolher entre uma tradução e outra.

Podemos sumarizar os resultados do linguista operando o método inventado por Quine até aqui da seguinte forma: ele observa proferimentos de frases nativas em diversas circunstâncias e formula hipóteses de tradução; com o intuito de testá-las ele faz aos nativos uma série de perguntas. A partir deste método é possível traduzir frases com maior grau de observacionalidade e frases envolvendo os conectivos lógicos vero-funcionais, frases analíticas/contraditórias por estímulo e frases intrasubjetivamente sinônimas em uma comunidade linguística. Para ir além disto, o tradutor deve formular “hipóteses analíticas”. Hipóteses analíticas são um sistema de traduções de palavras e de estruturas gramaticais em conformidade com o que foi acima esboçado, isto é, o que o tradutor alcançou com o método observacional e inquisitivo. O sistema de hipóteses analíticas é orientado pela ideia geral de correlação entre significado por estímulo das frases nativas e do português de forma que “quanto mais as hipóteses analíticas predizem com sucesso a coincidência de significados por estímulo, melhor confirmado é o manual de tradução” (KEMP, 2006, p. 51, tradução minha).⁴³

A ideia central de Quine é a de que, a partir deste método, diferentes sistemas de hipóteses analíticas podem ser produzidos e não há fatos possivelmente determinantes de qual deles é o correto. A partir da descoberta das disposições de uso dos falantes da língua nativa, não há uma forma de determinar qual manual de tradução está correto.

A afirmação de que não há fatos capazes de determinar significados pode ser entendida de duas maneiras. Em primeiro lugar, pode-se dizer que considerando todos os fatos comportamentais, isto é, todas as verdades observáveis possíveis, a tradução permanece indeterminada. Esta afirmação deixa uma brecha para afirmar que, não obstante não haja fatos observáveis determinantes de traduções corretas, podem haver fatos naturais não-observáveis a partir dos quais seria possível decidir entre diferentes sistemas de hipóteses analíticas. Aqui

⁴³ “The more that such analytical hypotheses successfully predict the coincidence of stimulus meanings, the better confirmed the translation manual.” (KEMP, 2006, p. 51).

estão em jogo as teses da *indeterminação* e da *não-fatualidade*. Segundo Becker, a diferença entre elas se dá porque “a primeira diz, de esquemas de tradução incompatíveis, que eles são comportamentalmente equivalentes; a última faz a afirmação mais forte de que eles podem ser naturalmente, e portanto faturalmente, equivalentes” (BECKER, 2012, p. 128, tradução minha).⁴⁴

A despeito da tese da indeterminação poder ser caracterizada como diferente da tese da não-fatualidade, Quine faz afirmações que podem gerar alguma confusão. Em *Words and Objections*, ele assevera que “O ponto sobre a indeterminação da tradução é que ela resiste mesmo a toda esta verdade, a verdade total sobre a natureza.” (QUINE, 1975, p. 303)⁴⁵. Aqui Quine parece se referir à tese da não-fatualidade, mas ela não só não se confunde com a indeterminação como pode ser vista como implicada por ela. Assim, a indeterminação seria uma premissa a partir da qual é possível derivar a não-fatualidade. A premissa que falta seria o behaviorismo de Quine, isto é, a tese de que os fatos relevantes para a tradução só podem ser fatos comportamentais, ou fatos observáveis (BECKER, 2012, p. 128). Uma vez que fatos observáveis esgotam os fatos relevantes para a tradução, ela permanece indeterminada frente a todos os fatos (Ibid.).

Podemos apresentar a tese, neste estágio, da seguinte maneira: caso dois diferentes linguistas desenvolvessem diferentes manuais de tradução com base em todas as verdades observáveis – suponhamos que ambos os linguistas tem acesso ilimitado a elas – seria correto afirmar que ambos os manuais desenvolvidos fariam as mesmas previsões de comportamento verbal dos falantes e a despeito disso os manuais poderiam ser de tal forma diferentes que nenhum dos linguistas estaria disposto a concordar com a tradução de seu colega. Isto é o mesmo que dizer que diferentes manuais são compatíveis com as mesmas disposições de fala dos nativos e a despeito disso atribuem diferentes significados às expressões nativas!

Não havendo entre as traduções possíveis uma correta, tudo o que podemos fazer é escolher um manual segundo critérios pragmáticos. Podemos escolher um manual em detrimento de outro pela sua simplicidade, pela beleza, etc, mas significados são indeterminados de forma ontológica, ou seja, não é caso que exista realmente uma tradução

44 “The former says, of incomplete translation schemes, that they can be behaviorally equivalent; the latter makes the stronger claim that they can be naturally, and thus factually, equivalent.” (BECKER, 2012, p. 128).

45 “The point about indeterminacy of translation is that it withstands even all this truth, the whole truth about nature” (QUINE, 1975, p. 303).

correta e que, perante as evidências de que dispomos, não a conheçamos; simplesmente não há fatos segundo os quais seria possível chegar a significados determinados.

Tendo em vista o que até agora discutimos a tese carece de ulteriores qualificações. Vemos, por exemplo, que no caso de frases de observação seu significado funciona como um correlato fiel da noção intuitiva de significado; nestes casos, portanto, dados empíricos fornecem uma base suficiente para determinar que uma tradução seja a correta em detrimento de outra.

3.5. Subdeterminação e indeterminação (ou O argumento de cima)

O “argumento de cima” é desenvolvido por Quine em um artigo chamado *On the Reasons for Indeterminacy of Translation* (1970) em suporte à indeterminação da tradução. O argumento é simples em seu propósito: derivar a indeterminação da tradução da subdeterminação de teorias físicas por dados. Antes de considerar se aquela é realmente implicada por esta, é necessário expor o conteúdo da tese da subdeterminação.

Segundo esta tese, teorias físicas incompatíveis entre si podem ser empiricamente equivalentes, isto é, teorias físicas incompatíveis podem ser igualmente suportadas por toda e qualquer evidência. De que forma se pode entender “toda e qualquer evidência” aqui?

A resposta de Quine é a de que, se tomarmos todas as frases observacionais possíveis e a elas acrescentarmos uma posição no espaço e uma data, nós produzimos um conjunto de frases cujo valor de verdade é fixo e que constituem todas as verdades observáveis possíveis; considerando este conjunto, várias serão verdadeiras e outras tantas falsas. Quine diria que teorias físicas são subdeterminadas por este subconjunto de frases verdadeiras (BECKER, 2012, p. 144-45).

Em *Reasons for Indeterminacy*, encontramos o seguinte, “Teorias físicas podem estar em desacordo entre si e serem compatíveis com todos os dados possíveis mesmo no sentido mais amplo. Em uma palavra, elas podem ser logicamente incompatíveis e empiricamente equivalentes” (QUINE, 1970, p. 179).⁴⁶

46 “Physical theories can be at odds with each other and yet compatible with all possible data even in the broadest possible sense. In a word, they can be logically incompatible with each other and empirically equivalent” (QUINE, 1970, p. 179). Nesta frase Quine faz duas afirmações que só podem ser classificadas como

Tendo elucidado a tese da subdeterminação, de que forma se pode dizer que ela implica a indeterminação da tradução?

O raciocínio pode ser apresentado da seguinte forma: em primeiro lugar, o processo de tradução tem início com frases observacionais; o tradutor equipara frases observacionais das duas línguas envolvidas com base na equivalência de significados por estímulo. Para ser realizada a tradução de frases teóricas é necessário desenvolver hipóteses analíticas, que devem estar em conformidade com a tradução previamente realizada das frases de observação. Hipóteses analíticas são justificadas, em última instância, se as frases de observação derivadas delas estiverem de acordo com as frases de observação primeiramente traduzidas. Finalmente, na medida em que teorias físicas em geral são subdeterminadas por frases observacionais, também a tradução da teoria física dos nativos será subdeterminada pela tradução de suas frases de observação. Logo, a tradução de teorias físicas é indeterminada por conta da subdeterminação de teorias físicas por frases de observação.

Segundo Quine, não é o caso que a indeterminação da tradução seja apenas uma instanciação da subdeterminação de teorias físicas por dados; a indeterminação é adicional à subdeterminação, no sentido de que, enquanto a última afirma haver teorias incompatíveis entre si e consistentes com toda evidência possível, a primeira afirma que não há fatos determinantes de qual tradução é correta.

3.6. Indeterminação e sinonímia

A tese da indeterminação que estamos aqui avaliando é também uma objeção direta à sinonímia no seguinte sentido: se a tradução é indeterminada no sentido aqui discutido, segue-se que não existem critérios de identidade de entes significados, e dar critérios de identidade para significados nada mais seria que apresentar frases sinônimas e estabelecer condições suficientes de sinonímia. Se existem maneiras alternativas de realizar traduções em geral, todas elas em pé de igualdade de um ponto de vista fatural, não é possível determinar que haja relação de sinonímia entre frase traduzida e tradução – para um número enorme de frases da língua.

equivalentes se forem feitas duas ressalvas, (I) as teorias precisam ser teorias abrangentes, no sentido de que implicam a totalidade das frases observacionais e; (II) elas precisam ser internamente consistentes.. Cf. (BECKER, 2012, p. 146-9).

Claramente, Quine não tencionava que a objeção à sinonímia se aplicasse *a toda e qualquer frase*; em casos de frases observacionais, temos critérios claros de identidade significados; isto é, duas frases são sinônimas sse elas possuem o mesmo significado por estímulo. A medida da indeterminação de significados é proporcional à conexão de uma frase com a experiência; ou seja, quanto mais distante da periferia de nosso corpo de conhecimento está uma frase, mais variantes podem ser suas possíveis traduções por diferentes tradutores radicais; já em caso de frases observacionais, tal variação é mínima ou inexistente.

Poder-se-ia pensar que sinonímia por estímulo seria uma forma satisfatória – porque empiricamente construída – de definir sinonímia em geral. Quine explora este ponto ao comparar a noção de sinonímia por estímulo com a noção ordinária de sinonímia. Em termos de estimulações, duas frases seriam sinônimas intrasubjetivamente sse tivessem o mesmo significado por estímulo. Contudo, tal critério não nos fornece uma condição suficiente de sinonímia em geral, pois mesmo pares de expressões intuitivamente considerados sinônimos poderiam divergir intrasubjetivamente em significado por estímulo.

Intersubjetivamente, informações colaterais criam um obstáculo à identificação de sinonímia por estímulo e sinonímia ordinária (BECKER, 2012, p. 104-05). Em casos de frases com conexão menos direta com a experiência, sua aceitação ou não depende de informações extras e não apenas da estimulação apresentada. Em tais casos, as informações que diferentes falantes possuem podem ser altamente variantes, resultando que existe uma variação de significado por estímulo e, conseqüentemente, de sinonímia por estímulo.

É neste sentido que se pode afirmar que a tese da indeterminação da tradução constitui a mais forte objeção de Quine contra a sinonímia e indiretamente contra “o mito do museu”.

Um ponto interessante a se observar é que a tradução é indeterminada porque a confirmação é holista. Podemos forjar diferentes esquemas de tradução todos suportados pelos mesmos fatos observacionais e incompatíveis entre si. Para ilustrar esta questão, consideremos o seguinte exemplo: dada uma frase S_1 da língua nativa que é traduzida em um esquema de tradução por L_1 e em outro esquema por M_2 . L_1 e M_2 são ambas incompatíveis entre si. No entanto, ambos esquemas são suportados pelos mesmos fatos, e a incompatibilidade entre frases particulares se dá porque outras frases do mesmo esquema são traduzidas de forma a compensar umas às outras. É neste espírito que Quine, em *Epistemologia Naturalizada*, afirma que

“Se, com Pierce, reconhecemos que o significado de uma sentença depende puramente do que vier a ser considerado como evidência para a sua verdade, e se, com Duhem, reconhecemos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, mas só enquanto grandes blocos de teoria, então o caráter indeterminado da tradução de sentenças teóricas será a conclusão natural” (QUINE, 1989, p. 97).

Notamos, então, que tanto a negação de que possa haver uma explicação satisfatória de sinonímia empreendida em *Dois Dogmas* quanto a tese da indeterminação da tradução são originadas a partir do holismo confirmacional de Quine, chegando-se ao holismo semântico. É esta a tese que examinaremos na próxima seção. Mas antes de prosseguir, é necessário fazer uma ressalva. O holismo confirmacional de Quine em *Dois Dogmas* parece ser radical no sentido de que todo o corpo de conhecimento enfrenta a experiência sem divisões. E uma forma de relativizar esta tese é afirmar que há certas frases ou conjuntos menores de frases que podem enfrentar a experiência sem uma necessária ligação com o todo da ciência. Em outros lugares (e.g., *Palavra e Objeto*), frases observacionais isoladas podem fazê-lo. A seguir, trataremos de qualificar o holismo de Quine no que tange a sua força, tentando conectá-lo à tese do holismo semântico e à consequente negação da sinonímia e da reificação.

4. Holismo semântico

O holismo semântico, em sua expressão mais forte, é a tese de que o significado de uma frase S é constituído pelo seu papel em um corpo de crenças L de forma que não é possível que apenas S tenha significado dissociada de um corpo de crenças total ou geral.

Outra forma de compreender o holismo semântico é através de uma estratégia de classificação de propriedades. Uma propriedade pode ser “atômica”, “anatômica” ou “holística” (FODOR; LEPORE, 1992, p. 1-3). Uma propriedade atômica é uma que poderia, em princípio, ser instanciada por apenas uma coisa, como a propriedade de ter forma circular. Uma propriedade anatômica é uma do tipo que não pode ser instanciada por uma só coisa, isto é, se X tem uma propriedade anatômica, então há no mínimo um Y que também a tem. Como exemplo, considere quase todas as propriedades que envolvem relações parentais. Não é possível que eu seja irmão sem que haja ao menos outra pessoa no mundo que seja irmão também (FODOR; LEPORE, 1992, p. 1-3). Propriedades holísticas, por sua vez, são uma espécie de propriedades anatômicas com a diferença de que, caso algo tenha uma propriedade holística, não basta que ao menos outra coisa também tenha, é necessário que *muitas* outras coisas também a tenham (FODOR; LEPORE, 1992, p. 1-3).

Uma maneira de definir o holismo semântico a partir dessa topologia metafísica das propriedades é dizer que, para o holista semântico, “ter significado” é uma propriedade holística, no sentido de que não é possível a apenas uma expressão ou duas ter significados. Em uma concepção holista, é possível inferir do fato de que uma expressão X tem significado que várias outras expressões W, Y, Z têm significados.

O holismo semântico radical se contrapõe ao atomismo semântico, segundo o qual o significado de uma expressão é derivado de sua relação com o mundo e é, portanto, independente de sua relação com outras expressões no interior de uma rede de crenças; o papel que uma expressão desempenha numa rede de crenças, em uma perspectiva atomista, é derivado da relação da expressão com o mundo (DE ROSA; LEPORE, 2004, p. 65). Quine foi um verificacionista quanto ao significado, mas repudiou em *Dois Dogmas* outros tipos de empirismo, entre eles o empirismo que considerava termos ou frases isoladamente como tendo significado “primitivamente”. Segundo ele, só uma rede de crenças poderia responder por evidências e, dado que significado e evidência são identificados, só uma rede de crenças

poderia possuir significado primitivamente. O holismo semântico defendido em *Dois Dogmas* estende, em relação a filósofos anteriores, o âmbito linguístico que “enfrenta a experiência”:

A ideia de definir um símbolo pelo uso foi, como observamos, um avanço em relação ao impossível empirismo termo por termo de Locke e Hume. Com Bentham, o enunciado, em vez do termo, foi reconhecido como a unidade relevante para a crítica empirista. Mas o que estou frisando agora é que, mesmo tomando o enunciado como unidade, escolhemos uma rede muito fina. A unidade da significância empírica é o todo da ciência (QUINE, 2010a, p. 66).

O holismo confirmacional, que leva ao holismo semântico se associado a um verificacionismo quanto ao significado, considera, de forma geral, que uma certa quantidade de crenças é o corpo mínimo suficiente para enfrentar a experiência. Mas quão abrangente seria a parcela de crenças aqui necessária? Quine sugere diferentes respostas a essa pergunta.. Pretendo considerar aqui diferentes obras a fim de classificar o holismo semântico quineano de acordo com sua força.

De forma geral, o holismo semântico de Quine seria uma consequência da tese de que um corpo de crenças total (ou uma parcela dele) enfrenta a experiência como um todo mais o verificacionismo quanto ao significado.

De acordo com a primeira tese (em sua forma mais radical), frases destacadas de um corpo de crenças da qual fazem parte não enfrentam a experiência isoladamente, isto é, só um corpo de crenças pode enfrentar a experiência. Disso decorre que qualquer frase pode em princípio ser mantida verdadeira diante de uma experiência recalcitrante.

Já a teoria verificacionista do significado diz que o significado de uma expressão é seu método empírico de verificação. A tese identifica significado e evidência (DE ROSA; LEPORE, 2004, p. 66).

Dado que apenas um corpo de crenças como um todo pode enfrentar a experiência e a evidência para a verdade ou falsidade de uma frase é identificada com seu significado (verificacionismo), segue-se que o significado de cada frase em certo corpo de crenças é *derivado* de suas relações com outras frases no interior da mesma teoria. É nisto que consiste

afirmar que o holismo da confirmação mais a tese verificacionista do significado implicam o holismo semântico.

4.1. Quão forte é o holismo semântico de Quine?

Convém iniciar essa seção providenciando uma diferenciação entre duas formas de holismo, uma radical, forte em mais alto grau, e outra moderada. Essas duas são classificadas como radical ou moderada de acordo com a parte da linguagem que é considerada a unidade mínima de confirmação e portanto de significação.

O holismo semântico radical é definido como a tese de que não há uma frase X que possua significado isoladamente com respeito ao corpo total de crenças ao qual a frase pertence. Isto é, a nenhuma frase é possível atribuir significado senão derivativamente, em relação ao seu papel inferencial em um corpo total de crenças.⁴⁷

O holismo semântico moderado reduz a parcela da linguagem considerada como unidade significativa. Assim, um holista semântico moderado pode defender que haja frases cujo significado é dado em isolamento e que, portanto, tais frases têm seu quinhão de evidência independente. E isto é consistente com a ideia de que outras partes da linguagem – por exemplo, frases teóricas, não-observacionais – possam ser verificadas apenas conjuntamente (DE ROSA; LEPORE, 2004, p. 74).

É importante lembrar que a primeira premissa do argumento para o holismo semântico, como considerado na seção anterior, é o holismo confirmacional. O holismo confirmacional é uma tese epistêmica segundo a qual frases são testáveis apenas em conjunto. Também o holismo confirmacional pode ser radical ou moderado, e a força do holismo semântico é determinada parcialmente pela força do holismo confirmacional previamente

47 Roger Gibson, ao comentar o holismo confirmacional endossado por Quine em *Dois Dogmas*, diz que a expressão “corporate body”, usada por Quine para designar “nossas afirmações sobre o mundo externo” (QUINE, 2010a, p. 65) abrange toda a ciência, e a ciência, para Quine, é considerada como uma extensão do senso comum; sendo assim, é possível interpretar *Dois Dogmas* como apresentando um holismo confirmacional radical em mais alto grau, onde a unidade de teste é toda a linguagem.

adotado, uma vez que aquele é inferido a partir deste via o verificacionismo sobre o significado.

Se um filósofo adota o holismo confirmacional radical, nenhuma frase pode ser verificada isoladamente, a não ser que se tome o corpo de crenças total como uma enorme conjunção de todas as suas frases (QUINE, 1986, p. 620). Suponhamos ainda que o mesmo filósofo seja um verificacionista quanto ao significado. Disso se segue aparentemente que a única postura que tal filósofo pode adotar, em coerência com as teses previamente adotadas, é um holismo semântico radical, pois o significado e a evidência são identificados, e nenhuma frase relaciona-se com a evidência isoladamente. Assim, a unidade mínima de significado é o corpo de crenças total. De forma similar, e por vias verificacionistas semelhantes, a adoção de um holismo confirmacional moderado pode levar à adoção de um holismo semântico moderado, onde frases observacionais têm significado isoladamente, porém as teóricas não.

A posição de Quine quanto à força do holismo endossado parece ser variante de acordo com a obra considerada. A tese exposta por Quine em *Dois Dogmas* parece ser a do holismo confirmacional radical. Trechos como os seguintes parecem confirmar isso: “Nossos enunciados sobre o mundo exterior encontram o tribunal de experiência como um corpo organizado” “Qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro, aconteça o que acontecer, se fizermos ajustes drásticos o suficiente em outra parte do sistema” (2010a, p. 67).

Já em *Palavra e Objeto*, Quine endossa um holismo confirmacional moderado, de acordo com o qual frases observacionais têm seu quinhão privativo de experiência.

Também em *Filosofia da Lógica*, Quine defende uma forma atenuada de holismo confirmacional. Ao falar sobre quão ampla é a parcela da ciência necessária para ser verificada experimentalmente, ele faz uma ressalva, “Uma importante exceção sugere a si mesma: certamente uma observação é evidência para a sentença que a reporta, e contra a sentença que prediz o contrário” (QUINE, 1970, p. 5, tradução minha).⁴⁸

Assim, em se tratando de frases de observação é possível falar que possuam uma classe de evidências confirmatórias ou infirmatórias, isto é, frases de observação podem ser

48 “An important exception suggests itself: surely an observation is evidence for the sentence that reports that very observation, and against the sentence that predicted the contrary” (QUINE, 1970, p. 5).

verificadas isoladamente, de acordo com o holismo confirmacional moderado de Quine pós-*Dois Dogmas*.⁴⁹

Muito embora em uma perspectiva holista confirmacional radical seja em princípio possível revisar qualquer frase em face de experiências recalcitrantes, existem frases ou enunciados aparentemente mais resistentes à revisão; como exemplo podemos elencar frases da lógica e da matemática. A pergunta que se coloca é: dado que mesmo elas podem ser revisadas, por que nunca (ou quase nunca) o são? Segundo Quine, seu aparente status de irrevogabilidade é decorrente da inclinação dos cientistas de não as revisarem, pois este tipo de atitude geraria menos mudança no corpo de crenças como um todo.

A posição de maturidade de Quine parece ser a de um holismo moderado, tanto confirmacional quanto semântico, muito embora existam várias questões a serem consideradas neste ponto que fogem do escopo desta monografia. De Rosa e Lepore (2004, p. 76-77), por exemplo, apontam certa tensão entre as afirmações de Quine sobre isso.

Um ponto levantado por eles é o da relação entre o holismo semântico e a indeterminação da tradução. Eles parecem tratar as duas teses como equivalentes. Tal interpretação é suportada por uma afirmação como a seguinte,

“Se, com Pierce, reconhecemos que o significado de uma sentença depende puramente do que vier a ser considerado como evidência para a sua verdade, e se, com Duhem, reconhecemos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, mas só enquanto grandes blocos de teoria, então o caráter indeterminado da tradução de sentenças teóricas será a conclusão natural” (QUINE, 1989, p. 97).

O que Quine afirma nesta passagem é que a tese da indeterminação pode ser inferida do mesmo conjunto de premissas que servem para inferir o holismo semântico; poderíamos substituir “a indeterminação da tradução” por “o holismo semântico” de forma a gerar uma frase verdadeira. Ora, se duas teses podem ser inferidas exatamente das mesmas premissas deve haver algum sentido em que elas são equivalentes.

49 Existem leituras alternativas segundo as quais Quine, em *Dois Dogmas*, sugere um tipo de holismo moderado. Tal leitura pode ser suportada pela passagem onde Quine elabora a metáfora de que nosso corpo de conhecimento é dividido em centro e periferia (p. 66-67), dando a entender que as frases no limite da periferia (i.e., as observacionais) seriam verificadas independentemente de suas relações inferenciais. Michael Dummett (1973, p. 592) aponta a aparente incoerência das passagens citadas acima no corpo do texto com a metáfora da periferia e do centro.

Dizer que as teses são equivalentes pode ser interpretado de duas formas diferentes: pode-se dizer que elas são sinônimas, como parecem afirmar De Rosa e Lepore, ou apenas que são coextensionais.

Só se pode dizer que sejam sinônimas numa perspectiva não-quineana, isto é, as teses são sinônimas se faz sentido dizer que uma tese em geral ou uma frase em particular pode ser sinônima de outra. Quine assume que a sinonímia só pode acontecer no caso de frases observacionais, mas claramente as duas teses aqui abordadas não são expressas em frases observacionais. Logo, parece plausível dizer que a interpretação de que elas são sinônimas não é exegética ou não está em conformidade com o próprio resultado que as teses procuram estabelecer no que concerne à sinonímia.

A interpretação mais plausível parece ser, então, dizer que elas são coextensionais e de que há entre elas uma relação de mútua implicação, ou seja, se a tese da indeterminação da tradução é verdadeira então o holismo semântico também o é e vice-versa. De acordo com a citação supramencionada, *parece* que qualquer argumento que estabeleça ou refute uma das teses vale igualmente para a outra e qualquer resultado estabelecido com relação a uma delas tem reflexo na outra, mas existem autores que parecem dispostos a recusar esta interpretação.⁵⁰

50 Robert Kirk (1986, p. 81-7) argumenta que o holismo confirmacional não pode dar suporte à tese da indeterminação. Uma das razões que ele oferece é a de que o holismo confirmacional diz respeito a parcelas de evidência limitadas, enquanto a tese da indeterminação se aplica levando em consideração toda evidência possível. Segundo Kirk, tampouco o holismo confirmacional e o verificacionismo quanto ao significado podem implicar a tese da indeterminação da tradução.

Conclusão

Tanto as objeções quineanas às semânticas mentalistas e referenciais quanto a indeterminação da tradução e o holismo semântico advém de um naturalismo radical quineano, “onde mente e significado são parte do mesmo mundo com que eles têm a ver” (QUINE, 1989, p.67).

Uma vez que, assentado em um pano de fundo naturalista, não há que se falar em significados como entes mentais, ou como o que quer que seja apontado como sua referência, a maestria de uma língua é aprendida a partir da observação de condições públicas de uso. É para estas mesmas condições que o empirista deve se voltar para falar em significados e significatividade.

Em algumas passagens de sua obra, Quine nega a existência de proposições (o que poderia ser estendido a significados reificados mais geralmente). Em *Filosofia da Lógica*, ele diz,

Minha objeção ao reconhecimento de proposições não surge primariamente de parcimônia filosófica – de um desejo de sonhar com nada mais no céu e na terra senão o que é necessário. Tampouco ela surge, mais especificamente, do particularismo – da desaprovação de entes intangíveis ou abstratos. Minha objeção é mais urgente. Se houvesse proposições, elas induziriam certa relação de sinonímia ou equivalência entre as sentenças: estas sentenças seriam equivalentes por expresser a mesma proposição. Minha objeção vai ser a de que a relação de equivalência apropriada não faz sentido objetivo ao nível das sentenças. Isto, se eu for bem-sucedido em tornar claro, rejeita a hipótese das proposições.” (QUINE, 1970, p. 3, tradução minha).⁵¹

O argumento de Quine é o de que a hipótese das proposições só faz sentido, ou proposições só existem, se temos um critério objetivo para determinar quando falamos de uma proposição ou de duas, quando falamos da mesma proposição ou de outra. Dado não haver um critério de identidade para proposições em geral, proposições não existem.

No entanto, existe aqui pelo menos uma qualificação necessária a ser lembrada. No caso de frases observacionais, Quine é explícito que seus significados são objetivos. Porém,

51 “My objection to recognizing propositions does not arise primarily from philosophical parsimony – from a desire to dream of no more things in heaven and Earth than need be. Nor does it arise, more specifically, from particularism – from a disapproval of intangible or abstract entities. My objection is more urgent. If there were propositions, they would induce a certain relation of synonymy or equivalence between sentences themselves: those sentences would be equivalent that expressed the same proposition. Now my objection is going to be that the appropriate equivalence relation makes no objective sense at the level of sentences. This, if I succeed in making it plain, should spike the hypothesis of propositions” (QUINE, 1970, p. 3)

mesmo que neste caso seja possível estabelecer entre frases uma relação objetiva de sinonímia, não há que se falar em proposições, pois estas seriam desnecessárias (este ponto é retomado adiante).

Por que não há critérios de identidade para grande parte das proposições ou daquilo que é semanticamente expresso por nossos proferimentos? A resposta de Quine envolve a tese da indeterminação da tradução, que é apresentada no terceiro capítulo desta monografia. O argumento poderia ser expresso da seguinte forma: dar critérios de identidade para a proposição expressa por uma frase ou um significado reificado expresso por um item linguístico é o mesmo que apontar para frases ou itens sinônimos. Sendo assim, a questão do status ontológico das proposições recai sobre a sinonímia. E se a relação de sinonímia faz algum sentido, é necessário defini-la por vias naturalistas. Se sinonímia deve ser definida em termos empíricos e objetivos, nenhuma definição em termos intensionais ou intencionais será satisfatória (as primeiras quatro seções de *Dois Dogmas* ilustram isto). Excluído o vocabulário intensional ou intencional da definição de sinonímia, ela deve ser construída com o recurso de disposições de uso verbal. No entanto, segundo a tese da subdeterminação de teorias por dados é possível haver diferentes sistemas de tradução, ambos compatíveis com a totalidade das disposições de uso dos falantes e, ainda assim, incompatíveis entre si, não havendo nenhum sentido objetivo em que se pode dizer que um destes sistemas seja correto ou incorreto, como diz a tese da indeterminação da tradução. Desta forma, parece ser a tese da indeterminação da tradução que estabelece o ceticismo de Quine quanto a significados reificados para quaisquer itens linguísticos.

Uma forma de objetar à indeterminação da tradução é defendida por Paul Horwich (HORWICH, 2005, p. 3). Segundo ele, a restrição behaviorista dos fatos relevantes para um processo objetivo de tradução envolve uma visão muito estreita; se incluirmos não apenas disposições de uso verbal mas também relações causais entre elas como fatos possivelmente determinantes de significados, a indeterminação acaba. Segundo Horwich, embora tenhamos a disposição de assentir seja para ‘Coelho’ ou ‘Parte inseparável de um coelho’, assentir ao primeiro é fundamental, no sentido de que assentir ao segundo é derivado do fato estar disposto a assentir ao primeiro. Sendo assim, o tradutor possui critérios para decidir como

traduzir ‘Gavagai’ desde que se possa traçar uma relação causal entre as diferentes disposições.⁵²

Entretanto, na tese da indeterminação da tradução a questão da reificação reaparece no caso de frases observacionais; entre elas pode haver relação de sinonímia e seus significados são determinados, o que significa que para frases observacionais o significado pode ser reificado. Como observado no segundo capítulo desta monografia, porém, Quine não é levado a uma semântica despojada do aparato conceitual mentalista e referencial apenas por uma implicação de seu naturalismo; as noções mentalistas carecem de valor explicativo.

Note que mesmo supondo serem falsas ou malsucedidas as teses da indeterminação da tradução e do holismo semântico, isto é, mesmo que tivéssemos critérios de identidade para significados, ainda assim poderíamos fazer semântica dispensando proposições, uma vez que todos os papéis desempenhados por proposições podem ser feitos por sentenças (QUINE, 1970, p 10)

Existem duas coisas a serem observadas neste argumento. Qual o papel desempenhado por proposições que pode ser desempenhado por sentenças de modo a permitir a exclusão daquelas em semântica? Segundo Quine, o problema central das proposições é fornecer a elas critérios de identidade, sendo este o problema principal das proposições é possível abandoná-las e procurar fornecer critérios de identidade às frases ou sentenças. Neste sentido proposições são desnecessárias em semântica.⁵³

52 A objeção de Horwich, ao menos nesta forma apresentada, possui o defeito de se assemelhar mais a uma sugestão que a uma real solução. Parece não ser claro em algumas situações qual disposição é mais fundamental e qual é derivada.

53 Além do compromisso ontológico de que proposições devem possuir critérios de individuação, há outros papéis teóricos tradicionalmente atribuídos a proposições, nomeadamente, proposições são portadores primários de verdade e são também o conteúdo de atitudes proposicionais. Uma questão que fica aqui aberta como um possível ponto fraco é a de se as sentenças poderiam cumprir estes papéis teóricos de forma a justificar uma completa recusa de proposições.

Referências bibliográficas

ALSTON, William P. *Philosophy of Language*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964.

_____. The Quest for Meanings. *Mind* Vol. 72 , p. 79-87, 1963.

_____. Quine on Meaning. In: HAHN, Lewis. E.; SCHILPP, Paul. A. (Org.). *The philosophy of W. V. Quine*. La Salle: Open Court Publishing Company, 1986, p. 49-72

AYER, Alfred Jules. *Language, Truth and Logic*. London: Penguin Books, 1971.

BECKER, Edward. *Themes of Quine's Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CAMPBELL, Joseph K.; O'ROURKE, Michael; SHIER, David (Org.). *Meaning and Truth*. Nova York: Seven Bridge Press, 2002.

DUMMETT, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. New York: Harper & Row, 1973.

GAUDET, Eve. *Quine on Meaning: The Indeterminacy of Translation*. New York: Continuum International Publishing Group, 2006.

GIBSON, R. F. Jr. (Org.). *The Philosophy of W. V. Quine: An expository essay*. Tampa: University Presses of Florida, 1982.

_____. *The Cambridge Companion to Quine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRICE, Paul. Meaning. In: *Studies in the way of words*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1991.

HACKER, P. M. S. Wittgenstein and Quine: Proximity at great distance. In: GLOCK, Hans-Johan; ARRINGTON, Robert. (Org.). *Wittgenstein and Quine*. Nova York: Routledge, 1996, p. 1-38

HORWICH, Paul. *Meaning*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

_____. *Truth*. Oxford: Clarendon Press, 1999.

_____. *Reflections on Meaning*. Oxford: Clarendon Press, 2005.

HYLTON, Peter. *Quine*. New York: Routledge, 2007.

_____. Willard van Orman Quine. *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2014 Edition) <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/quine/>>. Acesso em: 26 de junho de 2014.

KAPLAN, David. Demonstratives. In: *Themes from Kaplan*. ALMOG, J; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Org.). Oxford University Press, 1989, p. 481–563.).

KIRK, Robert. *Translation Determined*. Oxford: The Clarendon Press, 1986.

KEMP, Gary. *Quine: A guide for the perplexed*. New York: Continuum International Publishing Group, 2006.

KRETZMANN, Norman. The Main Thesis of Locke's Semantic Theory. *The Philosophical Review*, Vol. 77, p. 175-196.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do Entendimento Humano*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

QUINE, Willard. V. O. Carnap and Logical Truth. In: *Ways of Paradox*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1976, pp. 107–32.

_____. *De um ponto de vista lógico*. São Paulo: Editora Unesp. 2010 (Tradução de Antonio Ianni Segatto).

_____. Dois Dogmas do Empirismo. In: *De um ponto de vista lógico*. São Paulo: Editora Unesp. 2010a (Tradução de Antonio Ianni Segatto). p. 37-72

_____. Epistemologia Naturalizada. In: *Relatividade Ontológica e outros ensaios*. São Paulo: Nova Cultural. 1989. (Coleção Os Pensadores Ryle, Strawson, Austin e Quine). p. 91-103.

_____. *From Stimulus to Science*. Cambridge (MA): Harvard University Press. 1998.

_____. On The Reasons for Indeterminacy of Translation. *The Journal of Philosophy*, v. 67, p. 178 – 183, 1970.

_____. Sobre o que Há. In: *De um ponto de vista lógico*. São Paulo: Editora Unesp. 2010 (Tradução de Antonio Ianni Segatto). p. 11-36

_____. *Palavra e Objeto*. São Paulo: Vozes, 2010b. (Tradução de Sofia Stein e Desidério Murcho).

_____. *Philosophy of Logic*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1970

_____. *Pursuit of Truth*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1992

_____. Reply to William P. Alston. In: HAHN, Lewis. E.; SCHILPP, Paul. A. (Editores). *The philosophy of W. V. Quine*. La Salle: Open Court Publishing Company. 1986, p. 73-75.

_____. Relatividade Ontológica. In: *Relatividade Ontológica e outros ensaios*. São Paulo: Nova Cultural. 1989. (Coleção Os Pensadores Ryle, Strawson, Austin e Quine), p. 66-90.

_____. Use and its place in meaning. In: *Meaning and use*. In: MARGALIT, Avishai. Jerusalém: D. Reidel publishing company. 1976, p. 1-8

ROSA, Raffaella de; LEPORE, Ernest. Quine's Meaning Holisms. In: GIBSON, Roger (Org.). *The Cambridge Companion to Quine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 65-90

SPEAKS, Jeff. Theories of meaning. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/meaning/>> Acesso em 24 de junho de 2014.